



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: PROF. TONINHO VESPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07/05/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Bom dia a todos e todas.

Declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública de 2022 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, em 7 de maio.

Essa audiência pública foi convocada em atendimento ao Requerimento CCJ nº 04/2022, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado em Reunião Ordinária da Comissão em 06/04/2022, tendo como pauta discutir sobre a Consulta Pública para edital de chamamento de credenciamento de Transporte Escolar Gratuito - TEG, e outras questões referentes à categoria.

Informo que essa audiência pública está sendo transmitida no site e no canal do Youtube da Câmara Municipal de São Paulo e que a realização dessa audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 3 de maio.

As inscrições para participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 2 de maio, devendo os inscritos pelo site participarem pela plataforma *on-line* conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que deseja se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para essa audiência pública os Srs. e as Sras.: Fernando Padula Novaes, Secretário de Educação, representado pela Sra. Fátima Cristina Abrão, Coordenadora de Coged; Vereador Senival Moura que está representando a Comissão de Trânsito, Transportes e Atividade Econômica, da Câmara Municipal de São Paulo, da qual ele é Presidente; Douglas Izzo, Presidente da CUT, que escreveu uma carta para nós informando que está com outras atividades e não poderia, nesse momento, estar aqui presente; e Jorge Salgado, transportador do TEG.

Também foram chamados o Sr. Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito e o Sr. Roberto Cimatti, Diretor do Departamento de Transporte Público - DTP, representado pelo Sr. Ladeildo Santos da Costa, responsável pela Divisão de Transporte Escolar

Gratuito DTEG.

Até ontem eles estavam confirmados. Hoje cedo, às sete e meia da manhã, a Comissão recebeu o seguinte *e-mail* que vou ler aqui para vocês.

- É lido o seguinte (*e-mail* pedindo desculpas pelo não comparecimento do Sr. Ladeildo e do Sr. Roberto)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Anuncio a presença da Sra. Lilian Janaína dos Santos Celegato, Transportadora Escolar Particular, que peço se reúna conosco à Mesa. (Pausa)

Anuncio também a presença do Sr. Elielson Fernandes, que também é transportador escolar.

Diante do *e-mail* que recebemos, a Comissão da CCJ que é uma das comissões da Câmara que tem muita importância, porque todos os projetos de lei passam por ela, na verdade, a primeira comissão pela qual passam os projetos é a CCJ, portanto, ela acaba tendo o crivo se o projeto continua ou não a tramitar no Legislativo, portanto, acho lamentável a Secretaria de Transporte tratar, não só a Câmara Municipal, mas a CCJ dessa maneira. Porque até ontem estavam confirmadas essas presenças e, hoje, eles acabaram mandando esse *e-mail* falando que os dois representantes não poderão vir.

Para mim, é uma clara situação em que o Executivo quer esvaziar o debate sobre a nova minuta de chamamento. E isso é ruim, porque acho que as discussões precisam ser públicas, não é mesmo? Para que todos possam ter acesso à informação e saber o que está acontecendo.

Na hora que as informações não são públicas, tudo pode ocorrer, inclusive diferenciações para os próprios trabalhadores e trabalhadoras do transporte escolar. É lamentável, mas nós estamos conversando, eu e o Vereador Senival, acho que era bom V.Exa.

expor sua proposta.

O SR. SENIVAL MOURA - Primeiramente, muito bom dia a todos e a todas. Quero dizer que é uma grande satisfação sempre podermos realizar uma audiência pública para tratar de um assunto dessa natureza, que é muito grande, é muito importante para a cidade de São Paulo, mas, ao mesmo tempo, já tratamos como lamentável, porque é chamada a audiência pública para tratar desse assunto aqui, no foro adequado que é a Câmara Municipal, e parte dos atores interessados, presumo eu, que é o próprio Governo, não vem. Não comparecem as principais pessoas que deveriam vir para trazer as informações que são pertinentes, sabendo que vai haver uma licitação em breve, eles é que querem fazer essa licitação.

Aliás, essa licitação do TEG já vem aí há anos, há muitos anos ela vem tropeçando. Incrível que todas as vezes que nos aproximamos da eleição, aparece um salvador da pátria para fazer uma mega licitação, porém a licitação não sai do papel. Daí se chama uma audiência pública, no sábado pela manhã, justamente porque é importante para o segmento, aí percebemos: a Câmara Municipal está presente; o autor do requerimento Vereador Toninho Vespoli está presente; este que Vos fala, que representa a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; mas o Executivo manda e-mail na hora da audiência dizendo que, em função de Covid e uma série de coisas, não poderão vir.

Mas não poderiam substituir por outros? Não teriam outros profissionais no Governo para representá-los? Não teriam outras pessoas dali interessadas em discutir esse assunto, que é importante para a cidade de São Paulo? Afinal, estamos tratando de transporte de criança, portanto, repito: algo muito importante.

Então, Vereador Toninho Vespoli, é bom que só tem um representante, a Sra. Fátima, nós até agradecemos a presença dela, seria importante ouvi-la e, depois de ouvi-la fazer algumas perguntas, porque essa audiência pública, na minha humilde opinião, vai ficar muito carente de informações. Não alcançaremos nosso objetivo com essa audiência pública, é até triste falarmos isso antes mesmo de iniciar a discussão, dada a situação das informações que foi apresentada aqui. Porque, vejam: um lado interessante da audiência não veio para trazer as informações. De

que forma teremos essas informações?

Se tem uma licitação que diria que é importantíssima para a cidade de São Paulo, é porque tem uma série de reclamações; tem muitas mães que estão reclamando que as crianças foram colocadas em salas de aula distantes de casa, por isso precisam de transporte, mas que, ao mesmo tempo, não tem transporte. Alguém tem de responder por isso.

Eu acho que é prudente, e é claro que não temos como cobrar só da Sra. Fátima que aí está, mas não vai ter resposta do Governo. É lamentável isso.

O objetivo da audiência pública é colher todas as informações. Realizamos uma audiência pública na terça-feira da semana passada aqui na Câmara para tratar justamente da reestruturação da GCM – Guarda Civil Metropolitana. A mobilização de vocês, não que estivesse ruim, estava boa, mas a representatividade, na Câmara, do Governo, de diversos Vereadores e de vários Secretários foi importantíssima. Aquela, sim, foi uma audiência pública que deu para produzir muita coisa e colher todas as perguntas e respostas pertinentes ao assunto tratado, que foi a reestruturação da Guarda. Mas, no dia de hoje, infelizmente nós não vamos poder colher informações que eu presumo que todos queríamos ter.

A minha avaliação é esta, nobre Vereador Professor Toninho Vespoli: é bom nós ouvirmos ao menos a representante do Governo para nós entendermos melhor. Eu sei que vai ficar complicado para ela, porque ela não vai poder responder a tudo, já que algumas coisas nem são competência do seu setor, como, por exemplo, o cadastramento no DTP, e assim por diante. Mas, como nós estamos aqui, é importante nós ouvirmos as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Antes de passar a palavra aos membros restantes da Mesa, quero reforçar essas questões que o Vereador Senival acabou de abordar. Não vou fazer uma acusação enfática, mas, grosso modo, parece que o Governo trabalhou para esvaziar esta audiência pública. Por que o Governo não quer discutir abertamente o tema com as pessoas? E qual é o medo da Câmara Municipal de discutir o tema abertamente? O que é bom para todo mundo deve ser publicizado e discutido com todos. Quando um grupo pequeno, de meia dúzia, discute as coisas a portas fechadas, sempre alguém sai mais

privilegiado e outros mais prejudicados, e isso é inadmissível.

Parece que o Governo decidiu, de ontem para hoje, chamar uma reunião entre alguns setores de transporte escolar para este mesmo horário, e isso é muito ruim, pois demonstra que nem ele mesmo tem confiança nas suas propostas; se tivesse, viria até aqui debatê-las publicamente. Agora, como não tem, acaba fazendo isto: esvaziar uma audiência pública da Câmara Municipal de São Paulo cuja proposta é dialogar com o Executivo.

Eu acho muito ruim esse tipo de manipulação, mas, mesmo assim, nós vamos discutir aqui o que é importante e, aproveitando a presença da Fátima, vou abordar alguns assuntos que vão além do chamamento. Nós conseguimos aprovar, a duras penas, o PL 353/2017, que diminui de dois para um quilômetro a distância à qual a criança já pode ter direito ao Transporte Escolar Gratuito, proposta de minha autoria juntamente com o Vereador Senival e o Vereador Milton Leite, Presidente desta Casa e substituto do Sr. Prefeito na sua ausência da Prefeitura hoje. Por isso, nós achamos que há todas as condições de o Governo sancionar esse projeto, porque, afinal de contas, um dos autores é membro da CCJ, o outro é Presidente da Comissão de Transportes e o terceiro é o Presidente da Câmara Municipal, que eu acredito que está trabalhando para que ele seja sancionado.

Agora, obviamente, se houver alguma dificuldade, ninguém aqui será intransigente e, se o Governo disser que a distância será de um quilômetro e meio, eu tenho certeza de que será muito tranquilo, até porque, como nós estamos vivendo um momento de pandemia, e vocês sabem disso melhor do que qualquer Vereador, as famílias estão enfrentando dificuldades para procurar emprego e para fazer uma série de outras coisas. Eu tenho visitado escolas em que os diretores me falam que praticamente só as crianças com deficiência têm direito ao TEG. Isso porque o que antes era barreira agora não é mais barreira. Mas mudaram alguma coisa? Não. Colocaram alguns semáforos na rua? Não. Então, por várias dificuldades, eu acho que nós temos que ter muito discernimento, pois nós não estamos vivendo ainda na normalidade, e as famílias estão vulneráveis e, às vezes, por um pequeno detalhe, a criança pode perder um direito.

Eu acho que a questão do um quilômetro e meio resolve muitas situações para as

famílias, porque elas poderão garantir as crianças na escola. Mesmo que a pandemia esteja melhorando e se encaminhando para o fim, a principal questão é garantir a criança na escola. Inclusive há unidades que eu tenho visitado em que os diretores têm me falado que, mesmo fazendo o chamamento ativo, estão com dificuldade de ter as crianças de volta na escola por vários problemas familiares. Por isso, o Transporte Escolar Gratuito é uma peça importante para a garantia da criança dentro da escola, e nós queremos as crianças na escola, até porque nós já constatamos que elas não conseguiram aprender nada por meio do sistema virtual.

Não dá mais para nós vacilarmos e não garantirmos a presença das crianças na escola e, por isso, esperamos que o Governo tenha a sensibilidade de aprovar o projeto. Agora, caso isso não ocorra, que fique claro que nós não temos problema de aceitar a distância de um quilômetro e meio. O que não se pode é continuar nas mesmas condições de agora e não garantir a presença das crianças na escola. Isso é fundamental.

Outra questão é o Baby-TEG. Já foi feito todo o processo, inclusive com a classificação já publicada no *Diário Oficial*. Eu tenho visitado DREs e unidades escolares e na maioria delas praticamente ainda não foi implementado o programa. Quando na DRE tem implementado algum, são poucos os carros, de três a cinco. Como essa proposta foi do Prefeito Bruno Covas, eu digo que a melhor maneira de o homenagear não é somente falar da sua importância, mas seguir os seus passos. Se S.Exa. ganhou a Prefeitura com essa proposta no seu programa, no meu ponto de vista, a Prefeitura tem que ser mais ágil. Não dá para implementar o programa um ano depois que ele foi publicado no *Diário Oficial* ou quando o Executivo quiser, depois de “tios” e “tias” terem gastado de 12 a 14 mil reais para modificar os seus carros. Não dá!

Isso é algo que tem que ser resolvido. Inclusive nas unidades de CEI que eu tenho visitado, eu pergunto às diretoras se elas têm levantado demanda em relação à distância das crianças, e elas respondem que não, que elas não estão levantando essa demanda porque elas não sabem da perspectiva de o programa ser implementado para valer. Então, essa é uma preocupação que nós temos.

Outra coisa que eu acho que a Secretaria tem que discutir é a questão da renovação dos carros, porque três mil transportadores escolares acabaram saindo do sistema. Tudo bem que são particulares, mas, na pandemia, a família dos transportadores escolares quase não conseguiram comer, muito menos quem vive de aluguel e tem prestação de veículo para pagar. Então, não é admissível que agora o tempo de vida útil do carro no transporte escolar não seja prorrogado, tanto para o particular como para o TEG. Caso contrário, as pessoas não vão conseguir. Como eu já disse, três mil transportadores já mudaram de ramo de trabalho por não terem aguentado a renovação do carro com essa dificuldade imposta. Não dá para admitir um negócio desse.

O último assunto que eu queria abordar é a questão de um valor fixo para os carros, pelo menos para cobrir os custos. Também não adianta a Secretaria falar “não, mas nós vamos aumentar 10, 15 e 20% o valor pago por criança”, mas, depois, não tem a demanda garantida e aí fica no mesmo. Ficamos contentes porque vai aumentar, mas aí não tem a demanda garantida e a pessoa vai passando pelos mesmos perrengues novamente.

Então, só vale isso se você tiver, pelo menos, um valor mínimo para os carros para você garantir os custos para que o transportador consiga pelos pagar. Olha o preço do combustível como está aumentando. Quem é que consegue aguentar todo esses custos?

É difícil. É, mas o ligado é assim. Tem outras prefeituras que conseguem garantir um valor fixo para cada carro e aí paga menos por cabeça por criança – que seria o lucro do transportador, mas pelo menos ele dorme sossegado sem a preocupação de “eu vou trabalhar, trabalhar e nem os custos vou conseguir pagar”. Então, ele pelo menos tem garantido que ele vai conseguir manter os custos dele.

A Secretaria tinha de pensar nesse chamamento. Nem vou entrar na questão do transporte das crianças com deficiência porque no chamamento isso não está nem perto o que deveria ser o justo.

Então, são vários elementos. Temos que debater porque está tudo envolvido referente ao transporte escolar na nossa cidade. Isso tem a ver não só que a vida de vocês, mas

também garantir que as crianças estejam na escola. É um pouco isso que eu queria falar.

A Fátima está achando melhor também escutar primeiro os transportadores. Vamos começar por quem?

O SR. SENIVAL MOURA – Sr. Presidente, mas não seria prudente que a Fátima fizesse só uma introdução do que está havendo para depois eles se manifestarem? E aí, no fim, ela já responderia. Acho que ficava melhor assim porque ela traz informações.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Está bem.

Então, Fátima, já fizemos algumas questões sobre o transporte. Se você pudesse dar um apanhado do que está na sua pasta, que é a Educação. Tem coisa que sabemos que não cabe à Educação.

Anuncio a presença do Sr. Hélio Menezes, Diretor-Presidente da Artesul, e do Deputado Federal Abou Anni. Deputado Abou Anni, por favor, venha à mesa. Abou Anni é um lutador para o transportador escolar, Deputado Federal. Fique à vontade.

Tem a palavra a Sra. Fátima.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Bom dia a todos.

Em nome da Secretaria Municipal de Educação, que represento, sou a Fátima Abrão, Coordenadora da Coged, que é a coordenadoria de planejamento e que o transporte escolar está inserido nela junto com a organização da demanda.

Agradeço o convite e a oportunidade ao Professor Vereador Toninho Vespoli, Vereador Senival Moura, Deputado, todos os presentes.

Também foi uma surpresa para a Educação que a Secretaria de Transportes não esteja presente, porque o edital, a minuta que foi apresentada é de responsabilidade do DTP. Então, muito do que está lá realmente foi organizado por eles. Temos trabalhado junto até para que as questões desse tempo que a gente viveu de credenciamento, de 2015 para cá, algumas coisas a gente foi vendo do edital na prática, no dia a dia, que poderiam ser melhores do que o texto que estava escrito. Fomos aprendendo nesse tempo.

Esta é uma grande oportunidade de tornarmos as coisas melhores. Estou falando

muito do ponto de vista de organização das escolas, dos estudantes, das famílias, que é a parte que a Educação olha.

Então, temos participado e sendo convidados pelo DTP com reuniões com os condutores para ouvir e fazer um edital que seja bom para os condutores. Afinal de contas, a gente entende que esse é o trabalho de vocês e precisa ser possível que esse trabalho seja realizado até do ponto de vista financeiro e que crie instrumentos também para que as crianças sejam atendidas, que acredito ser o objetivo tanto da Secretaria Educação, da Secretaria de Transportes e dos próprios condutores.

O programa TEG é muito bem-visto pelas famílias. É muito raro termos alguma reclamação com relação à qualidade do serviço. Então, isso faz com Educação também tenha um olhar carinhoso para isso e que a gente resolva essas questões porque, realmente, é um serviço que funciona para as famílias e garante realmente, como o professor falou, que as crianças estejam atendidas, que é o que mais importa.

Das questões trazidas pelo Vereador Vespoli. Com relação a redução da distância, porque a criança adquire direito ao transporte, enquanto professora que sou e pensando nas famílias e nas crianças, realmente, não há como dizer que isso não fica melhor para os estudantes realmente. E aí eu penso muito ainda quando a criança é pequena - da creche, da EMEI - porque as perninhas pequenas não andam dois quilômetros. Isso acaba fazendo com que algum adulto leve no colo.

Enfim, então, do ponto de vista das famílias, realmente, é uma coisa que a Secretaria até pensava em fazer, mas tenho uma preocupação enquanto estrutura porque aumentando o número de crianças e de condutores por consequência a gente precisa se organizar para poder oferecer isso. E aí estou falando de uma estrutura mesmo nas diretorias regionais que têm um trabalho bem grande com transporte, na organização disso, nos apontamentos.

Acredito que a mesma coisa no próprio departamento de transporte que isso vai precisar de um reforço de servidor mesmo, de mão para trabalho. Então, penso que isso vai acontecer porque aconteceu em algum momento, ainda mais agora que a gente conseguiu

atender. A gente não tem mais fila de criança na EMEI porque é obrigatório ir à creche porque a gente conseguiu vencer esse desafio. Então, seria um passo.

Gostaria, enquanto trabalho técnico, que tivéssemos um tempinho para poder se organizar para que isso também não fosse de uma hora para outra sem que conseguíssemos essa organização para poder oferecer. Mas acho que vai ser um ponto bem positivo para as famílias da rede municipal.

Quando V.Exa. fala de barreira física, isso é um assunto bem recorrente. De todos os critérios que a gente tem no programa para dar direito à criança, a barreira física é o mais sensível, vamos dizer assim, porque carece de uma análise de alguém. Os outros critérios são mais objetivos e o próprio sistema faz isso. Ele olha a ficha da criança, olha os critérios e o sistema que oferece e fala se essa criança tem direito ou não. Porque se tem deficiência, a distância, enfim, não tem muito o que discutir. A barreira física carece uma análise e aí a gente tem uma rede grande, porque isso acontece muito na ponta da escola.

Publicamos as barreiras físicas no Portal para que isso ficasse mais transparente. Não houve mudanças nos últimos três anos, ainda mais considerando que dois anos nós ficamos quase o tempo todo fechados, enfim, não houve mudanças.

E aí contamos muito realmente com a fala de vocês, condutores, e até das famílias disso chegar a gente e podermos corrigir. Falo isso com muita tranquilidade porque a gente tem uma rede grande mesmo com muitos operadores e é nossa parte corrigir. Quando uma criança tem direito, a gente faz a análise e ela precisa ser incluída.

Enquanto Secretaria, acredito que fizemos a nossa parte fazendo a publicação, publicando essas barreiras dizendo: “Olha, esses são locais que a gente reconhece”, em que pese que eles podem realmente aumentar com construções, agora com o metrô fazendo obras, pode ser que tenhamos mais barreiras e isso precisa chegar à secretaria para a gente mudar.

E queria dizer, para ficar bem evidenciada essa nossa preocupação, não há uma preocupação de redução de crianças no programam. Neste ano incluímos mais um critério de atendimento, na portaria, que são crianças acompanhadas. Nós chamamos de Naapa, que é um

centro que acompanha crianças de extrema vulnerabilidade. E, aí, eu estou falando não só de vulnerabilidade econômica, como social, situações de violência, situações em que a família tem algum problema. Para ilustrar um caso ocorrido recentemente, tivemos uma família em que a mãe ficou com uma deficiência. Ela ficou cega por conta de uma doença e ela não tem autonomia ainda, porque isso é recente. Então, ela não adquiriu autonomia para levar a criança. Não existia um critério para colocarmos, porque a criança não estava a menos de dois quilômetros, a criança não tinha deficiência, e ficamos pensando que, realmente, a criança é pequena, ela não tem outra coisa... E, aí, tivemos a ideia de incluir mais esse critério para uma situação diferenciada, para podermos incluir essas crianças também no transporte. Então, acho que isso mostra a nossa preocupação de atender cada vez mais e melhor e quem precisa, e que não há uma diretriz na Educação em que diminuamos a quantidade.

Sobre o TEG Creche, o Baby-TEG, como ficou apelidado, o professor tem um pouco de razão. Nós poderíamos ter nos organizado. Nós lançamos o programa e logo veio a pandemia. Além de as escolas estarem fechadas, a pandemia nos atropelou, um pouquinho, com umas preocupações que foram difíceis de vencer. Foi tudo muito rápido, enfim. então, ele está efetivamente sendo implantado neste ano, que é quando voltamos mesmo, com 100% do atendimento presencial. No ano passado as famílias ainda estavam muito receosas de mandarem as crianças para a escola. Então, mesmo quem tinha direito não estava indo. Enfim, foi neste ano que voltamos com o atendimento mesmo. Nós não temos, ainda, a quantidade de crianças que estimamos. Nós temos 220 veículos com a ideia de chegarmos, até o final do mês, com 250, porque tem um processo caminhando para isso. O TEG Creche nos trouxe um pouquinho de desafio, porque a quantidade de unidades educacionais é muito maior do que quando falamos de EMEI ou de EMEF. Considerando as EMEIs e as unidades parceiras, nós temos um universo de 2.500 unidades, mais ou menos. Quando essas crianças estão muito espalhadas, porque eu tenho muito mais unidade do que quando eu falo de EMEF e de EMEI, que vão dar umas mil unidades, fica difícil organizar uma rota. Então, nós precisamos, no mínimo, de 12 bebês para que isso seja possível para o condutor, já pensando em duas viagens, porque

sabemos do custo de transporte e que não fica bom, do ponto de vista financeiro, se o condutor tiver menos que isso. E, aí, precisamos organizar essas crianças para que estejam em uma rota possível, até para que essa criança pequena e esse bebê não fiquem muito tempo no veículo, que não é uma coisa que gostaríamos que acontecesse.

Então, estamos, neste momento, indo à Secretaria com os dados para tentarmos essa organização, para que isso acelere. Eu acho que até durante este mês de maio, já tardiamente, vocês deverão observar um aumento nesse atendimento, das crianças nessa faixa etária.

Sobre a renovação dos veículos, isso é muito do DTP, do tempo de vida útil dos carros, eu não tenho...

Enfim, o credenciamento. Eu vou falar um pouco do que eu ouvi nessas reuniões em que a Educação foi convidada e do próprio texto. E os *e-mails* com sugestões, com apontamentos do texto na consulta pública, eles foram encaminhados ao DTP. Então, sei do que nos foi passado, que realmente havia uma grande preocupação. A maioria dessas sugestões falava do fixo, para o condutor, para que desse essa tranquilidade para trabalhar. Eu entendo que mesmo que você tenha uma quantidade de crianças, não é possível garanti-las, porque a vida das pessoas..., enfim, as crianças entram e saem da escola o tempo todo e as famílias têm esse direito de trocar de escola. E esse era um ponto bastante importante para a categoria. Assim como a questão do sorteio, que está no texto original, que é uma coisa que sabemos que não agrada à categoria, porque, da mesma forma, não garante que fique no programa. Esses dois pontos foram revistos pelo DTP e, aí, sinto que este seria o momento de explicar um pouco como a DTP fez um cálculo para o fixo; como eles chegaram a valores que seriam..., para que se consiga operar naquele carro. Então, qual seria o valor? Quanto custa ao mês um carro para o transporte escolar? Então, eles fizeram esse levantamento, esses cálculos e chegaram a um valor fixo para a categoria e, depois, até uma quantidade de crianças e, depois, um pagamento *per capita*. E, realmente, eu não trouxe os cálculos, até porque, como foram eles que fizeram, eu achei que eles estariam aqui para apresentar. Mas acho que o importante é que vai ser publicado,

no *site* da Secretaria de Transporte, o novo texto com isso, mas isso foi revisto pela Administração, pela Prefeitura, de que seja estabelecido, então, um fixo para todas as categorias. E, aí, quando eu falo em categorias, eu estou falando de credenciamento, dos credenciados; do TEG Especial, que tem um veículo especial; do TEG Creche; para o carro acessível. Então, nós temos uma mesma diretriz de cálculo, mas considerando que não é o mesmo trabalho. Um carro acessível tem um custo diferente de um carro convencional. E, aí, o DTP faz pela média de assento dos veículos, que são 18. A maioria dos nossos carros tem 18 assentos. Então, tem toda uma conta, um cálculo para eles terem chegado ao valor que será proposto. E, aí, eu acredito que, para a próxima audiência, esse valor será exibido para vocês.

Eu acho que do credenciamento dos pontos, que eu entendi bastante importantes para a categoria, eu entendi que esses dois pontos seriam mais: a questão do fixo e do sorteio, que não vai acontecer. Nós continuamos trabalhando com a perspectiva de escolha da família. Como eu falei no começo, nós não temos reclamações com a qualidade da prestação do serviço. Então, se a mãe escolheu um condutor, dificilmente ela trocará, porque não há motivos. Ela só trocaria se houvesse insatisfação ou quando se tem um problema de rota, enfim, que ela fala: “Ah, não tem um outro, para minha criança ficar menos tempo?” Mas é muito raro mesmo. Eu cuido do transporte desde 2017 e é muito que tenhamos uma troca porque a mãe não está satisfeita com o trabalho. E, aí, continuamos nessa perspectiva que a família escolha o seu condutor, no próximo edital.

Bom, acho que era isso. Vamos ouvir os condutores e, daí, eu continuo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Fátima.

Quem quiser se inscrever para falar, já pode se inscrever.

Agora, serão cinco minutos de fala da Mesa. Vamos começar com Elielson Fernandes.

O SR. ELIELSON FERNANDES – Bom dia a todos. Agradeço pelo convite, pela oportunidade. Parabenizo o Vereador por ter conseguido e trabalhado em prol da categoria. Cumprimento o Abou Anni e o Presidente.

É muito importante sabermos que tem gente dentro da Prefeitura ou na Câmara, melhor dizendo, na Câmara dos Vereadores olhando para nós. Então, não podemos deixar de agradecer. Agradeço muito, mesmo.

Vamos ao nosso ponto, que é o mais importante, até porque temos tempo. Eu sou do tempo que trabalhei no TEG Vai e Volta Emergencial, lá no comecinho, não tinha nem iniciado o negócio direito. Então, eu quero deixar claro aqui que todas as minhas colocações não têm cunho pessoal, pelo amor de Deus. Às vezes, nós somos um pouco agressivos, não no sentido pejorativo, mas no sentido de conscientização.

O que vemos e observamos é que há todo um trabalho de melhorar o discurso, da melhora, de ver a questão da família, ver a questão das crianças etc. Infelizmente, não vejo qualquer mudança que houve, não vamos generalizar, não vemos num contexto geral alguma mudança mais positiva. E aí entra principalmente na nossa questão do transporte escolar, que é positiva em relação ao que já era. Ou melhor, reinventar a roda é complicado, porque tínhamos um contrato no Vai e Volta que atendia muito bem. Lógico, sempre haverá um entre nós que vai questionar, não, está pouco, não deve ser assim, mas no contexto geral se olharmos para trás estávamos no céu, até para pensar em renovar o nosso veículo tínhamos amparo, porque tínhamos um contrato de cinco anos. Se fôssemos ao banco e quiséssemos comprar um carro tínhamos um contrato de cinco anos. O banco olhava para você e dizia: amigo, é você que eu quero, é o cliente que eu quero.

Então, tínhamos condições financeiras muito bem reconhecidas e lutávamos e trabalhávamos e todos chegaram até aqui, porque viemos daquela época. Então, para reinventar a roda tem de ser uma coisa muito bem estruturada, porque estamos vendo que não chegamos a isso, voltamos à idade da pedra para a maioria dos transportadores escolares.

Vou entrar em uma outra questão, perguntaria à Secretaria de Educação, à Secretaria de Transportes, à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, por que o TEG tem de ser tratado com tanta discriminação? A discriminação é óbvia, quando escutamos falar que o transportador escolar tem de trabalhar com renda per capita é uma vergonha. Perguntem

à Secretaria de Obras, à Secretaria de Transportes, à Secretaria de Educação, se aqueles carros que estão à disposição deles para poda de árvore, jardinagem, movimentação de pessoal, têm um taxímetro no carro, ou se colocaram um rastreador para falar que vão pagar por viagem. Pergunta para eles se o muque do caminhão, só paga o muque se eles levantarem 12 vezes a árvore. Pergunta para eles se o carro que está disponível para o Diretor da Secretaria de Educação, para uso dos funcionários, que é legítimo, ninguém está questionando se deve ter ou não, se o contrato tem um taxímetro falando que a pessoa saiu hoje com o motorista e aí vai pontuar uma viagem. Ele é Uber? Não é Uber. Então, contrata mensal. Ele tem um contrato que prevê todos os custos fixos desse trabalho, custo de depreciação daquele patrimônio que foi colocado à disposição da Prefeitura.

Porque justo na área da educação temos de ficar trabalhando com carro velho, não temos garantia alguma, temos de ficar com contrato anual e era semestral. E quando você chega no banco tem de ficar questionando, e quando tem interesse pessoal, porque quem te olha não vê que você tem esse interesse. Então, precisamos que a Prefeitura explique o porquê de termos de ser tratados desse jeito.

E digo ao senhor, Presidente, essa demanda não atendida que tem nas DREs, nas escolas, acho muito importante a Comissão saber disso, não é porque o transportador escolar não quer trabalhar, não é porque está faltando transportador. Não. É o modelo de remuneração. Pergunta para quem administra ou é ligado, para quem administra ou atende, pergunta para a pessoa que tem o carro lá na garagem trabalhando nesse serviço, se ele recebe por viagem, se ele tem 12 alunos para transportar, se ele tem 12 pessoas para serem levadas para o hospital ou para uma recuperação. Não. Ele tem um custo fixo que paga aquele serviço. Eu trabalho numa creche que tem aluno sem atendimento porque não tem transportador escolar. Como assim não tem transportador escolar? Tem transportador escolar, o que não tem é uma remuneração digna, mínima, para que você execute o serviço.

Então, como é que o transportador vai pôr um carro em uma escola para transportar meia dúzia. Não, mas ele está livre para colocar no particular. Meu Deus, eu trabalhava com

TEG e transporte escolar particular há 12 anos, em EMEI e EMEF, a pior renda que temos no transporte escolar é da escola pública. Só eu sei disso? É o óbvio. Quem está em escola pública é o povo. O povo não tem dinheiro para comer, é a pior renda per capita, a pior renda da família. Então, só tínhamos aquela demanda no particular para ajudar a compor os custos que tínhamos. Nunca foi a demanda que gera renda para nós, é uma complementação. Aí vem a Prefeitura e fala que estamos livres, vocês têm liberdade, vocês podem. Podem o quê? Não vou nem falar.

Então, acho muito importante, essa visão tem de uma vez por todas ser deletada, esse raciocínio tem de ser eliminado. Nós precisamos sim de um contrato de cinco anos como já aconteceu, para termos garantia, para termos um respiro na questão jurídica, na questão de investimento.

- Manifestação do público.

O SR. ELIELSON FERNANDES - Um contrato mínimo, se falar um contrato de 35 anos, é óbvio, mas trabalhar com um mínimo de cinco anos.

- Manifestação do público.

O SR. ELIELSON FERNANDES - Justo, é mais a garantia, nós temos demanda. Você obrigar uma criança...

- Manifestação do público.

O SR. ELIELSON FERNANDES – Perdão. Garantia econômica, perfeito, isso. Perdão por não ter compreendido a sua colocação.

Então, precisamos que isso seja mudado de uma vez por todas. Não podemos mais aceitar esse discurso, essa retórica é falha. Tanto é falha que eles têm problemas hoje, está aqui a Secretaria de Educação que sabe, não preciso falar que tem demanda não atendida. E não é porque não tem transporte, não é porque não tem transportador, porque não tem carro. Não. É porque não paga.

Nós adoramos o nosso trabalho. Eu pelo menos adoro o meu trabalho e quando fui fazer o exame psicotécnico no Detran – era no Detran -, a psicóloga me perguntou, eu adoro trabalhar com criança, eu adoro esse trabalho. Como você adora esse trabalho se você não é

transportador? Minha esposa é transportadora e eu trabalho para ela de monitor e eu adoro o trabalho dela, eu gosto desse serviço. Eu sonhava em trabalhar com transporte de pessoas deficientes, com necessidades especiais antes de existir o TEG de cadeirante.

Então, só para concluir, precisamos de uma vida útil de contrato mais interessante, precisamos renovar a nossa frota. Demanda não atendida, já fui bem claro. A mudança da quilometragem é essencial, é fundamental porque sabemos que infelizmente essa questão dos dois quilômetros é um limitador muito sério, mas não diria que a culpa é dos dois quilômetros. Não. A culpa não é dos dois quilômetros, a culpa é da extinção das barreiras físicas. Você falar para uma criança de EMEI, falar para um pai, põe o seu filho para ir para a escola e atravessar uma Jacu Pêssego, às 6h30, e falar que aquilo não é barreira física, atravessar uma 23 de Maio, todos sabem, não vou falar o nome de todas porque nem conheço tantas avenidas, é inacreditável. São pistas com oito, 10, 12 faixas, e falar que aquilo não é barreira física. A criança tem de atravessar numa pinguelinha. Não, tem uma ponte lá.

Então, a revisão da barreira física é criminosa. As revisões feitas de barreira física são criminosas, porque é um desrespeito total com as famílias. É um desrespeito total com a dignidade das crianças. Então, isso tem de ser revisto sim. Isso é abaixar a quilometragem? Maravilha, nós vamos ter crianças na escola, porque o transporte escolar é criança na escola. A Prefeitura paga caro para ter poda de árvore, para ter reforma de asfalto e esquece, os grandes países, as grandes nações investiram e as que saíram da miséria, investiram onde? Na educação. E aqui a educação é assim. Aí se você perguntar: “O transporte escolar é educação?” É educação, sim. Eu sei disso, nós sabemos disso. Nós vemos como a criança não falta se tem um transporte escolar na porta; a mãe sabe que a criança vai chegar da escola, ela vai poder ir trabalhar, o pai vai poder ficar tranquilo.

Então, o transporte escolar é educação. Não tem essa. Pelo amor de Deus, nós precisamos acabar com essas coisas. Nós não esperamos outra coisa, a não ser isso, da Secretaria da Educação: ter mais força e valorizar aquilo que ela propõe, porque propor alguma coisa para a sociedade e fazer – perdão da expressão – meia boca, pelo amor de Deus! Já chega

o tapa-buraco que é um meia-boca, que todo dia a gente pega aquela boca. Agora, na educação, fica passando o paninho, falando: “Não, nós já estamos fazendo”. É verdade. Nós não estamos negando que estamos atendendo, mas dá para melhorar, e muito; e já foi bom. E, quando você fala que já foi bom, dá para ser ótimo. E é isso que nós precisamos.

Agradeço a gentileza por ter falado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Elielson. Uma coisa que ele falou que é muito importante é: às vezes, eu fico pensando que o pessoal da DRE, toda vez que eu vou, com o Chicão, o assessor, a DRE fala assim: “A gente tem um responsável que vai ver as barreiras pessoalmente”. É isso que falam para a gente.

Por exemplo, se chamam a gente na Raimundo Pereira de Magalhães, quem vai ali sabe que a calçada é estreitinha, tem lugar que não tem nem cimentado, é de barro, tem lugar que tem poste na frente e a criança tem que ir para a rua, já que a calçada é pequena. Aí nós pegamos os estudantes e fomos filmar o trajeto das crianças andando naquele lugar superperigoso. Eu mesmo, quando ia para a rua para desviar do poste, ficava com medo, imagine as crianças.

Eu penso que não é possível que uma pessoa da DRE vai a campo, olha e não vê isso aqui. Então, fica muito difícil discutir essas questões de barreira se realmente a pessoa não vai até o local. Agora não é todo mundo que tem acesso a um Vereador, então como fica? O direito daquela pessoa não é garantido? Não. Esse é o problema, porque falam que vão até o local mas, gente, desculpe, eu duvido, que eu fui pessoalmente com criança fazer o trajeto e nem precisou argumentar nada para mostrar que era barreira, só a situação já fez a pessoa da DRE falar: “Realmente aqui é barreira e precisa fazer alguma coisa”.

Mas quem não chega no Vereador? Como fica? Fica sem seus direitos. Então, é muito importante isso que o Elielson falou, porque acontece mesmo.

Tem a palavra a Sra. Lilian Janaína dos Santos.

A SRA. LILIAN JANAÍNA DOS SANTOS – Bom dia a todas e todos. Eu sou a tia

Lilian, eu trabalho com transporte escolar particular, então a minha vivência, por enquanto, é mais no transporte escolar particular. Mas eu estou na fila de espera em relação ao projeto Baby TEG.

Eu gostaria de lembrar o que a gente tem falado desde o começo. Quando a gente vai falar sobre políticas públicas, antes de mais nada, a gente tem que lembrar o principal motivo dessa discussão, que são as nossas crianças, que têm os seus direitos garantidos por lei. Segundo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – no art. 54, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente um atendimento em creche e pré-escola, para crianças de zero a cinco anos, e o atendimento no Ensino Fundamental através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Então, o TEG se faz extremamente necessários para que esses direitos da criança sejam garantidos, porque é humanamente impossível uma criança – como ela mesma descreveu – cuja mãe perde a visão por conta de uma doença e a criança ir sozinha para a escola.

Diante disso, o TEG é um instrumento de qualificação social para que a criança tenha acesso a um direito que ela tem. E, se nós levarmos ao pé da letra a própria lei, todas as crianças teriam direito ao transporte; não precisaria dessa pré-seleção porque, por lei, o direito é de todas as crianças. Nós sabemos que existem as limitações do Estado, como o senhor disse, financeiras e tal; mas viemos reivindicar, em primeiro lugar, o direito garantido a todas as crianças.

Falando pessoalmente do meu problema, foi feito um credenciamento para o TEG creche ano passado, após a reclusão da pandemia. Nós que somos do particular sabemos como a gente sofreu durante a pandemia. Nós ficamos um ano totalmente desassistidos pelas três esferas do Governo. Quem é do particular sabe o que perdeu, quem não tinha o que perder sabe como sobreviveu; mesmo assim, a gente conseguiu chegar aqui cheio de dívida.

A Prefeitura lançou um projeto novo durante o período de pandemia, quando a gente não tinha condições de investir para participar, pelo menos dignamente, do credenciamento. Nós discutimos muito com o Deputado Federal que está aqui, o Abou Anni, à época, a legalidade desse projeto, porque foi lançado num ano de eleição, enfim. O projeto veio, a gente participou

do credenciamento que, após a sua aprovação, foram publicados no *Diário Oficial* 311 carros inicialmente. Porém, era projeto de campanha que o Prefeito colocasse mil carros no primeiro ano de governo; e, desses 311 carros, nós fomos informados agora pelas representantes da SME que só têm, em média, 200 carros operando.

A minha pergunta é: será que não existem crianças que precisam desse transporte na creche? Quem são esses 200? Será que foi respeitada a lista publicada em *Diário Oficial*? Eu estou aguardando e eu sei que tem colegas aqui que, inclusive, gastaram mais de R\$ 10.000,00 para transformar o carro e estão aguardando.

O que nos foi informado é que não existe demanda, só que na creche onde o meu marido trabalha tem quatro carros particulares atendendo. Então será que não tem demanda mesmo? Será que essas crianças não têm nenhum respeito de análise à situação, que elas precisam ser respeitadas pela lei?

—————
Todos esses nossos questionamentos não são somente para nosso próprio benefício, porque é interessante que a gente volte a trabalhar, é interessante que a gente volte a ter a nossa remuneração, mais ainda para garantir o direito das crianças garantido por lei.

Como os meus questionamentos são pelo Baby TEG, eu deixo essa pergunta: Quem são esses carros que estão operando e por que não existe um novo chamamento, pelo menos para respeitar a lista publicada em *Diário Oficial*?

Eu gostaria de chamar atenção a uma frase que a representante da Secretaria nos deixou: Não existe reclamação do serviço. Então quer dizer que o nosso serviço, mesmo tendo sofrido tudo que o Elielson falou desde o começo – diminuição de remuneração, sucateamento da frota.

Trabalharmos no limite. Não faltamos. Quem é transportador escolar sabe que vai trabalhar doente, vai trabalhar com o pé quebrado, vai trabalhar com uma série de coisas, mas a criança não perde aula. E se existem os elogios pela excelência do serviço, por que não o reconhecimento na remuneração financeira? (Palmas) Isso só não vai trazer satisfação para o próprio prestador de serviço como vai garantir um serviço de melhor qualidade.

Como o amigo Régis outro dia colocou, ninguém trabalha com carro velho porque quer, ninguém trabalha no limite porque quer, somos obrigados a isso. Quem vai ter garantia para assumir uma prestação de um carro quando não se tem incentivo fiscal do Governo Federal para comprar?

Muita gente não sabe, mas o nosso carro não só não tem uma redução fiscal como pagamos um valor acima do mercado, porque compramos o carro e temos que pagar a transformação. Então não temos incentivo para a renovação da frota e não temos incentivo na remuneração do serviço. Precisamos de algum respaldo público. Não é porque não queremos trabalhar, é porque queremos oferecer um serviço de excelência além do nosso atendimento, com o equipamento que trabalhamos.

Eu não vou me estender muito mais. Eu vou deixar a palavra para o tio Formiga, porque ele tem uma experiência maior que a minha, e eu gostaria só de deixar esses questionamentos para a SME.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O próximo é o Sr. Jorge Salgado, o Formiga.

Eu só queria reforçar, sobre a fala da Lilian: nós fizemos um pedido de informação para a SME no dia 4 de março. Já tem dois meses. E dentre as perguntas, falava isso mesmo.

Eu não vou ler todas as perguntas para não me estender.

“Tendo em vista o comunicado da SMT da relação do credenciamento de 2021, quantos estão em operação atualmente em cada diretoria regional de educação, na modalidade TEG Creche? Em relação aos transportadores credenciados assim não chamados, existe alguma previsão para o chamamento e operação? Foi uma realizada por esta pasta alguma comunicação às unidades escolares para que pais e responsáveis por bebês fossem informados sobre a disponibilidade dessa nova modalidade de TEG?”

Tem dois meses, e até agora não nos responderam. E também fizemos um outro pedido dias depois, referente a essas questões. Mas é isso.

Algumas respostas eu já sei, porque nós, no nosso mandato, temos a *Caravana da Educação*. Algumas pessoas já devem ter ouvido falar sobre isso. São servidores públicos da educação que estão no mandato, alguns até já aposentados, que visitam, por semana, em torno de 20 escolas.

Eu visito umas quatro ou cinco e o restante visita o resto. Visitamos 20 unidades escolares, das quais pelo menos 8 são CEIs.

E perguntamos isso para a diretora, para todas, e já sabemos qual é a resposta. Não se fala em Baby-TEG nessas unidades, não se fala se tem ou não demanda. Então a demanda existe, ela só não é computável. É um pouco isso que acontece. E me preocupa. Tudo é questão de planejamento.

Vocês planejam a vida de vocês, não é isso? Quando vocês falam assim: “Vamos ou não vamos renovar o nosso veículo?” Vocês fazem um planejamento da vida de vocês. A gestão é mais que planejada – deveria ser. Então eu fico imaginando como que sai no Diário Oficial uma classificação. Qual é o planejamento utilizado pela gestão? Porque até agora isso praticamente não é efetivado. Era para ter mil do primeiro ano – chegamos a 200. Então qual é o planejamento das coisas?

Tudo bem. Existem falhas em planejamento. Mas, se esperou até agora, vemos como vai ser? Nós não conseguimos resposta, porque parece que elas não existem. Ou, se tem, a resposta não é boa, porque não pode ser dada. Então é a questão da transparência. E isso me preocupa bastante.

O próximo inscrito é o Formiga, Sr. Jorge Salgado.

O SR. JORGE SALGADO (FORMIGA) – Bom dia a todos e a todas.

Vou tentar ser objetivo.

Quero cumprimentar o presidente desta audiência, o Vereador Toninho Vespoli, na pessoa de quem eu cumprimento todos os presentes à mesa.

A pandemia trouxe alguns fatos novos, alguns dos quais eu quero destacar.

Aproximadamente, 700 mil pessoas morreram. Nesse contexto, tios e tias faleceram.

Tios ajudando a Prefeitura, inclusive. Conheci caso de pegar Covid duas vezes. Enfim, famílias foram desestruturadas. A Covid é democrática, não escolhe o pobre ou o rico. Mas famílias foram desconstruídas, pilares morais, financeiros [foram desfeitos]. De repente, a criança ficou sem o pai, ficou sem a mãe, está com o tio, está com parente. Acredito eu que haja casos de crianças com vizinhos. E se tem uma coisa que me deixa muito indignado é pensar que dois mil metros podem ser tão pesados para decidir a exclusão da grande parte do país que sustenta essa nação, que é a periferia.

Fica difícil entender que uma mãe, de manhã, sai, roda 1.950 metros para chegar até a escola. E a mãe, enquanto ela não vê a criança sumir da sua visão, para entrar na escola, ela não sai de lá. A criança sai, ela volta – mais 1950 metros, mais 1880 metros. Não importa. Já deu quase quatro quilômetros. Essa mãe vai para casa, lava, passa. E isso se não levar outro filho em outra escola, em outro lugar por ali. Aí você vê a pessoa, o profissional, dizer: “Tem 1.950 metros porque o georreferencial apura não sei o que, que ali tem uma pontezinha que ela poderia ter passado”. E outra, vamos falar de dependência.

Quando se diz: “Olha, mas lá tem sinalização, ali tem farol”. Você mandaria o seu filho de seis anos, sete anos, atravessar um farol na Bischof? Seja onde for, não importa, qualquer lugar. Você mandaria o seu filho? Por que o filho dessa família de periferia pode? “Não, legal, pode morrer”. Ele tem “ajuizamento”? Nós, se bobearmos, somos atropelados.

Nós perdemos o tio Edvaldo em São Mateus atropelado, fazendo caminhado. Um cara de 40 e poucos anos. Agora vai dizer que uma criança de 6, de 7, de 8 anos tem autonomia, tem independência e juízo para discernir que o farol está amarelo, que aquela moto está vindo, cortando alguém? Isso é um absurdo. (Palmas)

E vamos considerar também que, em relação a esse momento de pandemia, a Secretaria de Educação, com certeza, já deve ter um plano bom, contemplando essa situação, porque há sensibilidade na educação. Eu não tenho dúvida disso. Vai melhorar, eu acredito nisso.

“Formiga, você é inocente, então?” Eu sou inocente, porque é impossível morrerem

700 mil pessoas, desestruturar famílias, e nós fazermos conta de 50-100 metros.

Nós não lembramos que muitas das vias que foram sinalizadas, e como eram sinalizadas, ainda muitas, se encontram de forma precária. Isso não pode ser ponto de exclusão em hipótese alguma.

Perdemos tios e tias. Eu me reservo o direito de não mencionar alguns porque eu não quero expor ninguém, mas tiveram que vender o seu carro para pegar um carro mais antigo.

Ele queria fazer isso? Ele foi obrigado. Ele falou: “Fui obrigado. Se eu não vender, eu vou perder. Se eu não sair do meu carro 2019-2017 e reduzir para um 2011” – não que o 2011 seja ruim, mas não era plano dele. Qualidade é o que nós queremos, é como foi dito, se não tem estrutura financeira, não consegue. No mínimo, cada carro teria que perceber 8.900, que é o valor do TEG especial, no mínimo. Não é o carro mais velho, o mais novo, o mais bonito. É uma questão de estrutura financeira. Você tem que saber que, se você investir, vai conseguir pagar; se você quiser melhorar o equipamento, vai conseguir pagar.

Então, com certeza, esta audiência – lamento por algumas ausências, porque eu entendo que onde se discute transporte escolar é necessário que as lideranças estejam, independente de questões ideológicas e outras quaisquer forem. Hoje convidado fui e acho que a questão é muito maior do que isso. É uma questão que antes de um CNPJ vem um pai de família, vem um contexto familiar que envolve o futuro de uma nação e de uma categoria de trabalhadores.

Quero sugerir para a Educação, se possível for, avaliar, novamente, a possibilidade que a demanda volte para a unidade escolar. Isso porque, lembro eu, se estiver equivocado, podem me corrigir, quando Doria assumiu, colocou-se uma situação de auditoria para DRE. Por mais que, às vezes, eles tenham boa vontade, eles não estão na ponta. É muito importante, sim, que os professores, aqueles funcionários da Secretaria, que conhecem; eu trabalho em escola que a Diretora vai na comunidade. É lógico que muitas vezes não têm condição para fazer isso. Quero dizer com isso que esse pessoal de ponta tem uma relação com a comunidade e a capacidade, no meu entendimento, a honestidade de deferir demanda.

Agora, imagine uma mãe que tem dois ou três filhos, pega a criança para fazer a matrícula do TEG; a escola manda para a DRE, e fica refém. A mãe volta com uma ou duas crianças para saber a resposta. Não responderam, porque a DRE está atendendo todo mundo. Também não tem condição de responder – eu imagino. Depois disso, a mãe não vai mais, pela segunda vez? Não vai. Quem é o prejudicado com isso?

Então, eu pediria, Fátima, que fosse reavaliado essa possibilidade de a autonomia voltar para a unidade escolar, porque é mais rápida, há resposta imediata, são profissionais, responsáveis e são avaliados. Já que eles seguram a bucha lá na ponta, por que eles não podem definir a demanda? (Palmas)

Outra coisa: em relação à remuneração de NE. Não importa que carro vá, se é cadeirante, se não é, não importa. Renuneração de NE não pode ser igual a de criança convencional. Em muitos casos, ela dá mais trabalho que um cadeirante. Tenho certeza de que muitos, como eu que já tomei tapa, empurrão, minha monitora foi jogada de cima do carro para a rua, cuspidas e outras coisas. Gente, essa remuneração não pode ser igual, porque ela exige muito mais tempo e mais sensibilidade. É difícil se convencer uma criança que começa a chorar e não quer largar a mãe de jeito nenhum. A não ser que a mãe faça isso. Então, eu espero que seja avaliada essa possibilidade. Porque a remuneração, na minha sugestão, quem discordar que o diga, que fosse, no mínimo, igual o valor do cadeirante, uma vez que dá mais trabalho. Não importa em que carro for, que não tenham privilégios (Palmas).

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O Abou Anni agora vai fazer uma fala, uma saudação.

Gente, temos que acabar ao meio-dia, porque haverá outro evento aqui. Estamos encerrando as inscrições. Quem ainda quiser se inscrever, se inscreva, porque, depois durante a fala do Abou Anni, vamos encerrar as inscrições.

O SR. ABOU ANNI – Presidente Toninho Vespoli, obrigado pela sua oportunidade. Inicialmente, quero parabenizá-lo por esta audiência pública, oportunidade, também, em que

cumprimento meu colega, meu amigo, Vereador Senival Moura. Trabalhamos, nesta Casa, sempre no debate na área de transporte, e Toninho Vespoli sempre aguerrido nessa área do transporte escolar. Então, parabênizo ambos e a Comissão que aprovou esta audiência pública, pela importância de abrir este debate.

Esta audiência pública tem a finalidade de a Administração Pública tanto Secretaria de Educação como, também, a Secretaria de Transportes, em especial, através do DTP, absorver informações para que faça melhor a publicação do edital que vai vir ainda a ser publicado. Nós temos apenas uma minuta que é um rascunho do edital do TEG, mas seria de extrema importância, realmente, ouvir quem trabalha, quem entende, conhece e trabalha com isso, que são os condutores escolares do Transporte Escolar Gratuito.

Eu entendo que a Secretaria de Transportes está perdendo uma grande oportunidade de realmente conhecer o que é o transporte escolar gratuito na sua prática, porque, só no papel, deixa a desejar, como está deixando a desejar neste momento. E como esse edital piora a contratação – no meu ponto de vista.

É isso o que nós viemos discutir hoje. A gente sabe que fazem parte do processo de um certame as audiências públicas, mas, Vereadores Vespoli e Senival Moura, que a Administração Pública acolhesse as sugestões e realmente ouvisse as sugestões, porque, por dezenas e dezenas, se não centenas de audiências públicas, viram mera formalidade e nada se acata. Fazemos um exercício danado, os Vereadores, para colocar a questão em debate, e a Administração Pública não atende, não escuta os Vereadores e a categoria. Assim sempre foi. Essa é a realidade. (Palmas)

Falando da minuta: temos que lembrar que temos uma minuta que contempla pessoas físicas e jurídicas. Vocês vão escolher a forma em que querem participar do edital. Têm vagas para todos. A Administração Pública não pode recusar uma inscrição, desde que a pessoa cumpra os requisitos, porque pode-se muito bem judicializar o caso. Se fosse um contrato fechado, teria que ser no modal de licitação. Esse modal que está sendo apresentado, estamos falando de um Termo de Credenciamento, que cria uma inexigibilidade de licitação. Então, quer

dizer, é uma forma de descartar a licitação. Se descarta a licitação, é porque tem vaga para todos, basta cumprir os requisitos, e você poderá participar como pessoa física, jurídica, por empresa, por cooperativa, a forma que você optar prevista na minuta.

Nós temos uma minuta que é apenas um rascunho que sofrerá ajustes. Eu recebi visitas de vários condutores no meu escritório em São Paulo; em especial, também quero falar do TEG especial, porque nós debatemos muito o assunto. Vimos um erro gravíssimo na minuta, pois no modal TEG especial falava-se em sorteio. Isso gerou um documento deste Deputado para a Secretaria de Educação, Secretaria de Transportes, que está aqui também, para o DTP e comunicamos a Comissão de Credenciamento. Agora, escuto pela Fátima que está descartada a possibilidade de sorteio. Ora, se existem vagas para todos, por que sorteio? Então, quer dizer, o modal aqui está totalmente equivocado. Fico muito satisfeito sabendo que vai haver essa correção na minuta e descartar a possibilidade de sorteio, porque senão seria muito injusto. Todas as demais modalidades, seja o TEG convencional, o acessível, o especial ou creche, ou melhor, convencional, acessível ou creche, poderão os pais escolher o tio. Agora, no especial tem que ir para o sorteio, então, quer dizer, não tinha coerência nenhuma e não condiz com um termo de credenciamento, se é que existe vaga para todos.

Quando a gente fala também na minuta, eu percebo que essa minuta amplia a atividade. Eu quero até que me corrijam, por favor, porque muitas vezes a gente pode fazer interpretações equivocadas. Mas do meu ponto de vista, essa minuta amplia a prestação do serviço do condutor do transporte escolar gratuito.

Em especial eu observei aqui no 1.2, que no 1.2, no termo de credenciamento, diz o seguinte: conforme requisito do programa que abrangerá período escolar regular, atividades complementares, inclusive atividades extracurriculares que vão ser realizadas também aos finais de semanas e férias escolares. Quer dizer, você está doze meses, de segunda a domingo, disponível para a Prefeitura, o seu veículo. Está previsto aqui no edital, então se amplia a prestação de serviço.

Porém, Vereador Senival, diminui o custo. Amplia as atividades, as

responsabilidades e reduz o custo. Então é uma incoerência, e num momento econômico no nosso País em que o pessoal está tentando sobreviver; o diesel a mais de sete reais, já ultrapassou os sete reais, o valor do diesel, e é quando se reduz o custo. Então é o momento muito oportuno de rever esses valores do transporte escolar gratuito, esses apontamentos, aparar as arestas, corrigir o edital passado; seria uma grande oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Abou Anni, você falou do custo dos combustíveis. Nós estamos com o Castilho ali, que é Diretor do Sindicato dos Petroleiros, e ele me falou que (ininteligível) de dolarização do petróleo só vai aumentar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ABOU ANNI – Boa sugestão. (Palmas) A gente está vendo que essa conta não vai fechar ao final, essa é a questão também.

Lembrando também que só quem sabe o custo de um transporte é quem trabalha, Vereador, é quem trabalha com transporte escolar que sabe do custo. E tantas vistorias que tem, vistorias desnecessárias, semestral, anual, sem contar que nós tivemos um aumentinho de 70% na vistoria anual do transporte escolar, 70%.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ABOU ANNI – É uma série de vistorias, o custo é altíssimo. Existem penalidades que já tinham previsto ontem.

Outra questão é a depreciação do veículo. Nós tínhamos contratos antigos, um TEG antigo que pagava o valor da depreciação do veículo, você tinha uma remuneração, lá atrás, em razão da depreciação do seu bem, em que você investiu. Agora é o contrário, quanto mais velho é o carro menos de pagam. É o que está aqui no nosso edital, na minuta do edital. Também é outra questão a se observar.

O Formiga falou muito bem, o nosso amigo, Lilian, todos falaram muito bem aqui sobre barreiras físicas. Era o momento de definir o que é barreira física. Ninguém sabe mais o que é barreira física. Na administração passada era uma coisa; mudou a administração, é outra coisa. Então define o que é barreira física, pontua.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ABOU ANNI – É, a gente escuta muito disso, então são muitas arestas que era uma grande oportunidade de ajustar. A administração pública, por meio do Prefeito Ricardo Nunes, poderia fazer um golaço agora, resolver o problema do nosso transporte escolar gratuito, mas a gente sente que este não é o encaminhamento, com essa proposta de minuta. Mas nós temos esperança, porque estamos abrindo a discussão. Nós temos esperança, isso aqui pode ser totalmente ajustado e corrigidos esses alguns detalhes.

Para encerrar, porque a gente tem que ser muito objetivo e breve nas nossas colocações, quero falar de um projeto, Senival Moura e Toninho Vespoli, que tramita nesta Casa. Eu recebo demanda constantemente, no meu WhatsApp, no meu escritório, no meu *e-mail*, todos os meios de comunicação.

Os escolares passaram... Não vamos nem mencionar, mas todos sabem do momento muito difícil, casos chocantes, casos chocantes mesmo de destruição de famílias neste momento pandêmico. E eles não têm mais recursos e não conseguiram se capitalizar nesses últimos dois anos para substituir seus veículos. Nós temos, na cidade de São Paulo, - é uma portaria, simplesmente é um ato administrativo, uma canetada da administração pública -, que a vida útil do transporte escolar, tipo ônibus, 25 anos; tipo micro-ônibus, 15 anos, e Kombi, 10 anos.

Na época – é muito fácil levantar um projeto de lei meu nesta Casa -, nós aumentamos em cinco anos a vida útil do transporte escolar do tipo micro-ônibus de 15 para 20, desde que devidamente vistoriado. E foi aprovado em todas as comissões, foi aprovado em primeira votação, está pronto para simplesmente ir para a segunda votação e à sanção do Prefeito, então é um projeto muito avançado.

Eu queria abrir a coautoria para V.Exas., para que colocassem esse projeto a votos e resolvessem o problema da categoria do transporte escolar da cidade de São Paulo. Aumentaríamos em cinco anos e iríamos resolver um grande problema de muitos condutores que estão desesperados neste momento.

O projeto está muito avançado, já aprovado em primeira votação, só falta o vereador

colocar na cota dele, pôr a votos, e pedimos apoio para o Prefeito Ricardo Nunes.

Muito obrigado pela participação e contem sempre com o apoio do Deputado Federal Abou Anni. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora o Hélio Menezes.

O SR. HÉLIO MENEZES – Bom dia a todas e a todos. Bom dia à Mesa. Eu sou Comendador Hélio Menezes, Presidente da Artesul, Associação da zona Sul, a maioria me conhece aqui. Estamos atuando há mais de 25 anos no transporte escolar, 22 no TEG. Estou desde o início do TEG também.

Eu anotei aqui para lembrar o seguinte, pessoal: vocês lembram, vocês que iniciaram o TEG lembram, a ficha de cadastro do TEG tinha anotado quais são os critérios da lei. Os critérios são condição física, renda familiar, maior distância e mais outro item lá que eu não lembrava qual era. Lógico. O que que fizeram, pessoal? Lá na ficha tinha até dois quilômetros, para marcar a distância que a criança morava, até dois quilômetros, de dois a quatro quilômetros e acima de quatro quilômetros. Era isso que tinha na ficha.

Aí simplesmente utilizara, utilizam até hoje, depois de cinco anos, quando acabou a primeira licitação, na emergencial e dos demais contratos emergenciais (ininteligível) o credenciamento, que se utiliza acima de dois quilômetros. Eu não vi isso escrito na lei. Se alguém viu, eu não vi. Realmente, só para entender que seriam dois quilômetros. É um dos critérios.

Hoje a mãe não tem condição, o pai não tem condição, dane-se, mora mais de dois quilômetros. Só tem direito se morar acima de dois quilômetros. Morou abaixo de um quilômetro, dane-se. É isso que acontece.

Outra coisa: investimento do TEG, pessoal, nos primeiros cinco anos foi 6% do orçamento. Sabe quanto que é hoje? Alguém sabe? Alguém viu o vídeo do Vereador? Não vou mencionar aqui o nome porque não está presente, mas é do PT também. Você sabe quem é, é o Donato. Ele fez um vídeo, ele fez uma matéria. Eu vi aquilo lá. Toda matéria que você vê você tem que pesquisar para você falar dela. Não pode falar de uma coisa sem ter o conhecimento. Realmente, 6% foram aplicados, do orçamento, nos primeiros cinco anos do TEG. Hoje são só

3%, reduziu pela metade. Acredita nisso?

Tudo bem, reduziu a demanda de 105 crianças para atender, em média, 70. Mas e a desvalorização. Vinte e dois anos, pessoal, quanto desvalorizou? Eu lembro que, há 22 anos, no particular, a gente cobrava, em média, 30-40% do salário-mínimo. Hoje, se eu for cobrar isso – no caso do particular, não estou me referindo ao TEG – os pais não têm condições de pagar. Eles vão para onde? Para lugar nenhum, porque o TEG não as atende. Esse é o critério que eu tenho de dizer.

Para encerrar, pessoal, é fácil, é muito fácil. Não se investe na educação porque é mais fácil comandar pessoas sem conhecimento, ou seja, quem tem conhecimento domina, quem não tem é dominado. É isso que está na realidade, eu tenho de falar, encerrando a minha fala.

Parabenizo todos presentes, num sábado de manhã e criticando os ausentes que deveriam estar aqui para atender todos nós que somos, também, votantes. Somos todos eleitores aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Hélio. Agora, vamos para os inscritos *on-line*. Sr. Eder Henrique Barreto Almeida, está presente? (Pausa) Sr. José Carlos Machado da Silva, Sr. Roberto Cardoso Damasceno, Sr. Antonio Maria de Souza.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vamos chamar.

Os quatro inscritos *on-line* foram chamados, até agora não se pronunciaram. Vamos aos presenciais: Sr. Neco - Condutor, pela Cooperativa Cooper Unida. O seguinte é o Sr. Reinaldo – Tio Zica.

Três minutos para cada uma das falas.

O SR. NECO - CONDUTOR – Bom dia a todos e todas. Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, agradecer pela vida de todos vocês, assim como agradecer ao nobre Vereador Professor Toninho Vespoli, ao Vereador Senival, ao

Deputado Abou Anni, ao Formiga e à Mesa presente.

Quero deixar em forma de agradecimento a minha indignação pela dificuldade financeira que estamos passando, mediante esse TEG, pelo salário que estamos recebendo que não está sendo conveniente para cobrir os nossos gastos.

Hoje, nós sabemos as dificuldades financeiras pelo preço que está o diesel, a manutenção dos veículos etc. É impossível continuarmos trabalhando dessa forma, sendo que nós transportamos o bem mais precioso que são as nossas crianças, trabalhamos com adolescentes.

A Prefeitura tem orçamento participativo para que esse dinheiro todos os anos venha discutido do ano anterior para cobrir a despesa da educação. Quando chega nesta época, a Prefeitura não tem dinheiro para suprir as nossas necessidades, para que nós possamos atender de forma mais coerente, mais caprichosa as nossas crianças.

Agora fico imaginando o seguinte, caros amigos, se tiver uma licitação aí, como estão dizendo uma licitação, um credenciamento, qual de nós mediante esse salário – me desculpe – até miserável que nós estamos ganhando, pouquíssimo, como que vamos ter condições de comprar um veículo novo, no valor de 250 a 300 mil reais. Nesse valor que estamos recebendo sequer temos condições de comprar nem um pneu. Só se houver uma licitação para transportar crianças com carrinho de mão que é a única condição que temos para comprar, hoje em dia. Nós estamos defasados, é um salário de fome. (Palmas)

Tínhamos de ter um salário digno e fixo. Por que o Estado paga hoje 18-25 mil reais, para cada veículo e a Prefeitura não pode pagar? Será que são eles melhores do que nós, eles são trabalhadores humildes como nós. Nós prestamos serviços com responsabilidade e compromisso. O Estado paga e a Prefeitura tem orçamento no ano anterior para dispor desses gastos com a Secretaria da Educação. Então por que esse dinheiro não está vindo para o nosso bolso? Está ficando onde?

Nós tivemos de nos unir, nos mobilizar para que essa licitação, seja em audiência pública, mas que com dignidade venham oferecer oportunidade para cada condutor. Que o

condutor seja remunerado de uma forma coerente e possa trabalhar com dignidade.

Quando se trata de barreira física, no Morro Doce, hoje em dia, nós sabemos que os nossos bairros, principalmente na periferia, são carentes em infraestrutura. Não tem rua, não tem calçada, iluminação pública, não tem nada. Principalmente na região do Morro Doce, o Formiga sabe, que antes, quando nós fomos brigar pela barreira física, eu tive de ficar uma semana fotografando as ruas do Morro Doce inteiro, levar ao Secretário e provar para ele que o Morro Doce não tem condições de um pai de família sair para trabalhar, porque muitos têm de ir trabalhar, com uma criança passando sequer onde dá cinco metros, sendo dois metros de mato, sem calçada, iluminação, sem nada. Aí a Prefeitura fala que ali não pode porque lá não é barreira física. Eles tiram pelo Google, eles sequer vão lá para saber se, de fato, tem barreira física.

Temos de brigar, temos de ir para cima. Temos de brigar pelo salário para que seja fixo, mas que esse fixo seja prioridade para todo mundo, para que todos possam trabalhar com dignidade.

É isso aí, pessoal. Eu costumo falar que todo mundo sonha, que todo mundo é sonhador. Um sonha em ser pintor, outro em ser cantor. Mas o meu grande sonho é que essa licitação seja boa para todos nós condutores.

Agradeço a todos vocês. Parabéns a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Neco. O próximo orador é o Sr. Reinaldo - Tio Zica.

O SR. REINALDO (TIO ZICA) – Bom dia todos. Parabéns. Venho representar cada CPF independentemente de qualquer articulação que vise minar os nossos objetivos aqui, como em outras reuniões, são detalhes que vão ajudar a tecer as minúcias dos nossos contratos, que fazem parte do nosso dia a dia, porque é dali que a gente vai levar o nosso pão.

Voltando ao começo, hoje, no período pós-pandemia, os demonstrativos estão de um dígito. Nós estamos com demonstrativos equivalentes ao Vai e Volta. Isso não pode acontecer. Somos, segundo a própria SME, a cereja do bolo, prestamos serviço com excelência.

Recentemente, tive de retroceder de um financiamento porque no período pós-

pandemia não havia remuneração justa para eu cumprir com os meus vencimentos.

Então fica aqui a indignação, o apelo e a certeza de que a sensibilidade da Secretaria Municipal da Educação que se faz presente. Essa guerreira está em todos os lugares, eu já vi. Muitas vezes jogamos pedras nela, mas ela está correndo atrás também. (Palmas)

A gente confia e acredita que, quanto à remuneração de crianças especiais não cadeirantes se faz necessário que seja igualitária ao cadeirante.

Tenho também uma pergunta que fica: por que o critério e atribuição de um projeto social não contempla o quesito socioeconômico? A pandemia está aí e exige essa resposta.

Obrigado a todos. Parabéns. Tudo nosso! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O próximo inscrito é o Chicão. O seguinte é o Sr. Jackson.

O SR. CHICÃO – Bom dia a todos. Quero dizer para vocês que pensei muito se falo ou não, até pelo papel que tenho aqui. Sou assessor do Professor Toninho Vespoli, costumo não me manifestar, falo raramente. Nunca falei numa audiência do transporte escolar, porque é importante ouvir.

Mas hoje tem um chamamento, me senti inclinado a dialogar com vocês.

Em primeiro lugar, acho que estamos fazendo uma reunião, às 9h, histórico. Porque vocês sabem muito bem que nós estamos num braço de ferro. Eu quero dizer que esse braço de ferro, não importa quem seja o dono, ou se a gente põe uma mão para forçar para ganhar, vai ter de cair para o lado do transporte escolar de uma vez por todas. É isso que precisamos entender. (Palmas) Esta não é mais uma reunião. Esta tem de ser 'a' reunião.

Em segundo lugar, quero dizer o seguinte, para não dizer que não falou. Importante numa reunião ter um momento, não de baixaria, mas de enfrentamento. O rapaz do transporte - eu vou usar um termo popular, peço desculpas -: não veio porque arregou. Entendeu? Arregou porque não teve a cara e o discernimento de vir aqui e manda um recado às 7h30min. Nem sei qual foi a justificativa. Sabem por quê? Porque vai ter de falar que, com isto, a categoria vai arrancar conquista, como nós já estamos sabendo.

Querem botar embaixo do braço para dizer que tem dono e eu quero dizer: à Mesa, hoje, não está o pessoal da canetada. Não está o Vereador da canetada. Aqui, está quem cuida do transporte escolar no cotidiano, na saúde e na doença, no dia a dia, porque é fácil falar. É fácil estar lá em cima e dar uma canetada: “Ah, contentei vocês.” Porém, no chão, na base, o problema continua e o problema é fundamentalmente econômico.

Eu quero dizer o seguinte: não estão boas as coisas. Eu vejo essa senhora à Mesa em todas as reuniões. Que me desculpe, Zica, mas fala as mesmas coisas. Vem protocolarmente. Não vem para decidir e não leva para decidir. Vem por obrigação. É uma burocrata. Devemos pôr um fim nisso, porque eu ando, de Delegacia de Ensino a Delegacia de Ensino. Estão, agora, discutindo com um pessoal de Pirituba. Acabaram e havia seis crianças no carro. São mães que estão agoniadas.

Pessoal, não tenham dúvida: existe uma instrução para não se colocar criança no carro. A demanda está represada. Há carro à disposição. Não põem, sabem por quê? É claro que é desorganizado e tudo isso, mas não há vontade política. Ou valorizamos, de uma vez por todas, esse projeto do transporte escolar e o colocamos em outro patamar, ou vamos ter de fazer como nós fizemos naquela vez, em que houve a ocupação da Secretaria de Educação. Ou esse projeto vem para valer, para contentar a ampla maioria da categoria, como disse o pessoal da Mesa, ou não vamos ter outra oportunidade.

Então, este é o encontro dos encontros. Eu acho que a Secretaria marcou um encontro, uma audiência, para uma sexta-feira, se não me engano, dia 27, às 9h da manhã. Só por aí, você vê a relação que eles têm com a categoria, de total desrespeito, mas nós temos de ir. Temos de fazer um esforço. Sabem por quê? Nós vamos arrancar deles a vitória. A conquista não é do Vereador “x”, “y” ou “z”. É conquista da categoria e hoje estão à Mesa os Vereadores guerreiros, que tocam o dia a dia da categoria.

Quero dizer uma coisa, para que fiquemos alerta: nós temos de sair daqui divulgando isto e cobrando. Nós estamos propondo mil metros. Já foi aprovado. Passou em duas sessões. Só falta o Prefeito sancionar. O projeto, a propositura, é do Vereador Professor Toninho Vespoli,

com o Vereador Senival Moura, que está aqui e topou o projeto. Comprou o projeto. O outro é o Vereador Milton Leite, que assinou o projeto. Quero ver e lanço o desafio: se, agora, negocia, nós temos de ir para a presidência, para a sua sala, para negociar. Não podem ser mil? Vão 1.500. É coautor. Se o projeto passa, ganham todos. Se não passa, é culpa do Vereador, que assinou e está tirando. Tinha de estar aqui, inclusive, em minha opinião, ou mandar representante.

Então, são essas as questões sobre as quais vamos ter de começar a dialogar. Independentemente de tudo, de plenário, de audiência e tal, quem tem de ganhar é a categoria do transporte escolar, como foi dito pela Mesa, que tem saudades. Era feliz e não sabia. Tem de melhorar, de uma vez por todas. Essa licitação tem de servir para isso e a Secretaria de Educação tem de criar vergonha na cara. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Jackson e a próxima será a Sra. Cibele Silva.

O SR. JACKSON – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa e a presidência da Mesa, o Deputado Abou Anni, os Vereadores Senival Moura e Professor Toninho Vespoli e todos os demais.

Sou um pai de família. Eu me chamo Jackson. Estou no transporte escolar desde 2003 e passamos, juntos, por algumas barreiras, por algumas manifestações, por algumas paralisações em corredores. Aí fomos, não é, Formiga? Fomos e temos a certeza de que isto é muito peculiar. É muito positivo. Infelizmente, a nossa categoria não está aqui. Infelizmente, Formiga, não está. Sou marido da Tia Lane, que perdeu o carro por conta da pandemia. Não houve demanda. Sou pai da Júlia Vitória e do Davi Miguel, que frequenta escola pública. Nós não temos grana para pagar particular.

Outro item importante: alguém já assistiu ao desenho da Luna, *Eu quero saber?* Eu vou perguntar para a Dona Fátima – eu quero saber. Trabalho em uma EMEI e em uma EMEF, na mesma rua. Porém, na EMEF, eu só tenho criança do TEG. Eu tenho oito crianças do TEG, lá. Lá, era meu carro-chefe. Não é mais. É porque essas crianças são especiais. Eu tenho oito

crianças na escola, porque elas são especiais, sendo que, na EMEI, que é na mesma rua, no mesmo endereço das crianças da EMEF, dá barreira física – e, na EMEF, não dá, nas mesmas ruas. Eu não consigo entender isso.

Quero saber: quem foi que inventou esse critério de o pai escolher o condutor, uma vez que nós somos todos aptos? Desde que a Prefeitura aprovou cada um, aqui, todos nós somos aptos ao serviço. Quando chegamos à escola, que convida os pais e coloca quatro ou cinco tios lá, na frente, ficamos parecendo frango de padaria. A mãe, constrangida, não sabe, de forma alguma, qual tio ela vai escolher. Ela tem vergonha.

Vocês sabem como funcionava antigamente? A direção da escola tinha, lá, as demandas. Os tios faziam uma reunião com a direção da escola. Separavam-se os setores e as demandas eram divididas. Os pais não querem saber qual tio vai transportar. Se ele está apto para transportar, tem direito à demanda.

— Tenho mais uma pergunta para a senhora, Dona Fátima. Quero saber, também: tínhamos três períodos escolares e caíram para dois; as crianças sumiram. Eu não sei onde foram parar essas crianças do terceiro período, gente. Elas sumiram. Elas não existem, na escola, mais. Eu quero saber onde estão essas crianças, porque vocês fizeram o seguinte: em escola determinada, vocês a inflam, na parte do período da tarde. Os tios ficam lotados – e, de manhã, não há demanda. E há o contrário, em outras situações: de manhã, está cheio; e, à tarde, não há demanda. Vocês querem colocar mais carro, mas os carros que temos dão conta. Só não há criança nos carros. Eu quero saber onde estão essas crianças.

Vocês falam de pagamento. Falam de demanda, mas não há demanda para o condutor escolar, hoje. Há, pessoal? Eu gostaria de saber onde está essa demanda. Vocês fazem critérios de desempate. Vocês soltaram uma demanda, há algum tempo, quando o Bruno Covas foi eleito. Vocês fizeram uma questão, aí, em que vocês liberaram criança para todo mundo. É mentira, Formiga? Os tios, desesperados, não tinham como transportar todo mundo e começaram a trocar de carro, comprar micro-ônibus, comprar carros maiores, com maiores capacidades. Seis meses depois, havia tio devolvendo o carro para o banco, para a financeira,

porque vocês cortaram. Da água para o vinho, acabou a demanda. Todo mundo ficou a ver navios. Eu não caí nessa, graças a Deus, porque eu pensei: quando a esmola é demais, o santo desconfia. Algo errado havia nisso. Não sei o que era. Eu quero saber, da Dona Fátima, o que houve e o que houve agora, nesta situação que estamos vivendo. É complicado.

Outra coisa, pessoal: haverá uma reunião posterior, que vai ser no dia 27, uma sexta-feira. É até ridículo.

- Manifestação na galeria.

O SR. JACKSON – Está todo mundo trabalhando, gente. E eu vou falar uma coisa para vocês...

- Manifestação na galeria.

O SR. JACKSON – Exatamente, é mal-intencionado, porque, se acatarem essa situação, se vocês faltarem à escola para vir, será descontado o dia de vocês.

- Manifestação na galeria.

O SR. JACKSON – É de interesse. O interesse seria maior no sábado.

- Manifestação na galeria.

O SR. JACKSON – Está errado, gente. O interesse é de todos e eu gostaria que todos estivessem nessa reunião e que ela fosse em um dia favorável a nós, e não no nosso dia de trabalho, está certo? Porque no momento em que você dispensa sua criança para vir aqui, alguém tem que ficar com essa criança do outro lado, senão ela não vai para a escola. Se o pai trabalha como é que fica? Isso está errado. Tem que ser mudado. Tem que tomar uma definição sobre essa situação aqui e agora. O momento é esse.

- Manifestação na galeria.

O SR. JACKSON – Estou sugerindo que haja mudança nesse momento. Essa data está errada. Estamos aqui em minoria, os outros tios da categoria não estão aqui, não sei se estão *on-line*...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Jackson, já se passaram seis minutos, o dobro do tempo. Eu estou deixando, mas...

O SR. JACKSON – Obrigado pela oportunidade. Desculpe, Vereador Toninho.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Compreendo. Vou passar a palavra ao nobre Vereador Senival, para fazer algumas perguntas, porque terá que se ausentar da reunião.

O SR. SENIVAL MOURA – Já havia me manifestado inicialmente, mas quero cumprimentar o Deputado Federal e ex-Vereador Abou Anni, que trabalhamos juntos por algum tempo, discutimos em algumas audiências públicas.

Eu havia anotado essa questão levantada pelo Jackson. Acredito que já realizamos centenas de audiências públicas que envolve esse segmento, todas elas aos sábados. Não tem cabimento o Executivo marcar uma audiência, de tamanha importância, em uma sexta-feira. O Executivo deve estar míope para pensar em uma audiência pública para uma sexta-feira, sabendo que a parte interessada vai ter que trabalhar. É muito complicado. Minha sugestão é que essa audiência - daí cabe à Mesa encaminhar dessa forma - que seja realizada no sábado, que discuta essa questão com o Executivo, até para um bom entendimento.

Ouvi a Sra. Fátima dizer que a minuta está pronta, preparada, coisa desse tipo. Mas foi discutido com quem? Tem que haver audiência pública para ouvir as opiniões. E o foro adequado, se é pública, tem que ser aberta para todos, para nós que somos do segmento e para quem não é: para os pais, enfim, para todos. Seria importante ter esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Vereador Senival o encaminhamento que poderíamos fazer é – e se o Deputado Abou Anni quiser assinar também -, em nome da audiência, nós dois e os participantes, enviar um ofício à Secretaria Municipal de Transportes, solicitando a mudança da data, para que seja no final de semana, no sábado. Tudo bem por esse encaminhamento? (Palmas)

O SR. SENIVAL MOURA – E o local, o Executivo pode definir. Se não quiser fazer na Câmara, que faça em um espaço amplo que comporte a todos.

Estamos em um momento para discutir isso, que é de suma importância para toda a cidade, e num momento – que eu diria – que a Prefeitura, hoje, do ponto de vista econômico,

diferente da situação dos trabalhadores, encontra-se em situação confortável, economicamente falando. Porque a cidade de São Paulo, hoje, está controlada financeiramente. Aprovamos alguns projetos trazendo recursos para esta cidade, uns de dois, três bilhões etc. e tal, trazendo economia para a cidade.

É importante pensar que para fazer um contrato dos trabalhadores, a situação econômica pública da Prefeitura, hoje, é diferente de cinco, seis anos atrás. Por isso pode melhorar muito e pode garantir o transporte adequado e com qualidade para as crianças. Esse segmento já chegou a transportar quase 140 mil crianças. Hoje transporta cerca de menos de 80 mil crianças, ou seja, muitas crianças estão fora do transporte, que seria um direito da criança. O Estatuto da Criança e Adolescente prevê isso, a lei prevê isso. Agora, precisamos colocar em prática, cobrar do Executivo. Não é só dizer amém para o Executivo.

A primeira pergunta que faço é a seguinte – até posso deixar por escrito, para ganhar tempo – à Sra. Fátima: qual o número atual consolidado de condutores habilitados, cadastrados e contratados para prestação dos serviços junto ao Programa de Transportes Escolar Gratuito - TEG? Essa é a primeira.

Segunda: qual o número consolidado de estudantes beneficiados com o programa de Transporte Escolar Gratuito no período de 2017 a 2018?

Terceira: há estudantes que estão enquadrados nas condições de beneficiários que não foram atendidos pelo programa? Se sim, qual é essa demanda reprimida por Diretoria Regional de Educação - DRE e qual a razão do não atendimento?

Quarta: qual a composição dos custos e dos valores pagos por estudantes transportados pelo programa de Transportes Escolar Gratuito – TEG, veículo, adaptações, condutores, assistente de bordo, combustível, manutenção etc., hoje?

Quinta: como será a composição dos custos e valores pagos por estudantes transportados pelo TEG previsto no edital? Que é algo que foi dito aqui por vocês.

Sexta: qual o número de condutores cadastrados para operar no TEG hoje?

Sétima: esse número de condutores é suficiente para atender a demanda? São essas as perguntas e a sugestão para que a audiência pública seja realizada no sábado, para que todos tenham condições de participar.

Agradeço, quero me desculpar, mas tenho que ir em razão de outros compromissos e estou à disposição, Deputado Abou Anni sabe. Hoje sou Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte, podemos realizar outras audiências em parceria por essa Comissão, mas queremos que seja no sábado.

Muito obrigado e boa audiência para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Seria importante, Senival, se a gente conseguisse aprovar uma audiência pública da Comissão de Trânsito e Transporte, até para se precaver e garantir que a Secretaria de Transportes compareça. Precisamos ouvi-la publicamente, não só nos espaços do Executivo. A Câmara Municipal tem uma responsabilidade nesse processo também. Queremos participar dessa discussão.

Fica como sugestão fazermos essa audiência pública na Comissão de Trânsito e Transporte.

O SR. SENIVAL MOURA – Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Passo a palavra para a próxima oradora inscrita, Sra. Cibele Silva, e depois à Sra. Patrícia Ferreira.

A SRA. CIBELE SILVA - Bom dia todos. Bom dia à Mesa. Gostaria de fazer mais questionamentos, mas o pessoal do Transporte não está presente. Então nem adianta a gente ficar questionando, mas vou questionar a Educação, que está representada pela Dona Fátima Abrão, e reiterar o dia 27, para que seja no final de semana.

Gostaria de falar algumas questões. Já que foi falado que o TEG Creche vem com demanda preestabelecida, desde a DRE e a unidade que será atendida, já vem a demanda pronta por aditivo e é um aditivo pronto do contrato do TEG, por que não é feito conosco, do TEG, da mesma forma? Assim, 200 carros vão para o mesmo lugar e fica uma demanda

represada onde a gente não consegue atender, porque é feita pela escolha do pai e não por itinerário ou por atendimento. Essa é uma das minhas questões.

Outra questão seria de as barreiras serem feitas por rua e não por unidade escolar. Por unidade escolar acarreta aquele negócio: meu filho está estudando na unidade "a", ele ter direito ao TEG e o filho dela está estudando na unidade "b" - na mesma rua – e não ter direito. Isso acontece muito no bairro onde trabalho.

E a gente tem uma coisa muito pontual em São Mateus que a gente tem a demanda TEG no mesmo setor, na vila de São Mateus. E isso dá conflito, a gente não consegue ser atendido na Vila de São Mateus, como condutor, principalmente no começo do ano, onde a demanda exige o maior empenho da DRE de São Mateus e não podemos ser atendidos porque não temos mais o setor lá, desde que ocorreu várias mudanças de lá. Então, essas eram as questões. As outras, o transporte não está e não vai nem poder responder a gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Cibele. Agora é a Patrícia Pereira e depois Ralph Alkmin.

A SRA. PATRÍCIA FERREIRA – Bom dia a todos, bom dia Mesa, eu sou a tia Pati da zona sul M'Boi Mirim, sou totalmente particular, sou uma sementinha nova que começou em 2019. Eu ganhei uma van de presente porque eu tenho um filho especial acamado, não tenho nada contra o TEG, pelo contrário, sou inscrita no programa desde 2019, não consegui demanda porque a escola que eu fazia antes da pandemia, eu chegava para pegar demanda, quem cuidava falava assim, tal tio veio e pegou a demanda, tem uma ou duas crianças para você, bem distante.

Eu não peguei porque se eu pego uma criança eu perco o benefício do meu filho eu não posso, eu sempre falo, tenho brigas no WhatsApp, com os tios dos grupos. É uma vergonha o que está acontecendo aqui hoje, com o particular, porque não estão aqui, eles ficam lá brigando no WhatsApp porque vocês têm a demanda de vocês no TEG e pegam particular. Eu acho assim se o TEG é um programa gratuito, os tios TEGs tivessem a demanda deles certinha, não tivessem as panelas, que tem, porque eu sei que tem muitas panelas, os tios, com certeza, não pegariam

particular.

O Baby-TEG, eu me inscrevi também, minha van é 2011, modelo 2012, porque eu não entrei porque eu não tenho dinheiro para transformar, mas eu gostaria muito de entrar no baby TEG para dar um sustento para o meu filho, que é acamado, e para o meu outro filho. Então, assim eu não tenho dinheiro. Daqui quatro anos vence a minha van e como eu ia gastar tipo 20 mil reais porque tinha que transformar tudo, documento e tudo, e daqui quatro anos eu teria que trocar de Van, então, é muito complicado. Eu dou parabéns para vocês que estão aqui hoje em pleno sábado de manhã lutando pelo transporte de vocês.

Eu tenho vergonha da minha categoria particular de não estar aqui também brigando porque eles só sabem falar no WhatsApp e brigar com vocês porque vocês pegam o particular deles. Eu não acho correto, então que tenha a demanda certa para o TEG e o particular que lute agora, porque se tiver a possibilidade de eu entrar no Baby-TEG, ou no TEG eu vou entrar. Se tiver demanda para mim e o particular que lute depois para conseguir os seus alunos porque está uma vergonha essa categoria, porque particular, se não me engano, devem ter uns 13 mil e eu acho que não tem nenhum representando aqui tem alguém particular? A tia Lívia, sim, e o tio Rubinho, só. E o restante aqui, cadê? Tudo no WhatsApp olhando e dando risada da nossa cara, somente da minha, e o resultado da reunião vão discutir segunda-feira.

Parabéns para vocês do TEG, lutem mesmo para vocês terem o valor alto. É uma vergonha vocês terem um carro 2010/2011 e ganhar menos do que um carro 2015/2017, porque tenho um monte de carro novo aí na área. É que não tem a panela nas escolas porque tem as panelas, assim, tem as cooperativas, associações, os grandões estão com carro cheio no Baby TEG. Eu me inscrevi, só não fui porque não tinha dinheiro. Então é isso gente.

Obrigada, Parabéns, para vocês do TEG.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Eu gostaria que as pessoas que fossem falar nos três minutos e aquelas que pudessem abrir mão de falar, não falar, assim porque senão não vamos conseguir escutar a Fátima, tudo bem.

Ralph são três minutos.

O SR. RALPH ALKMIN – Bom dia a todos. Serei breve eu acho que está na hora da Mesa ver a gente um pouquinho melhor, um pouquinho mais forte, porque o meu ponto de vista tem umas perguntas que eu preciso falar. Será que é só eu que estou pagando 6 reais e 50 centavos no diesel? Será que é só eu, eu não tenho dinheiro para trocar de carro. Esse novo credenciamento tem que ver com calma para não nos machucar mais do que nós fomos machucados na pandemia. Ninguém aqui está com condições de trocar de carro, já tivemos alguns bate-papos no passado, infelizmente é uma coisa que você fala: meu, será que só eu que sou pobre? Não, acho que não, a gente está vendendo almoço para juntar a janta.

O amigo Neco falou uma coisa que é verdade: o que é que nós vamos comprar para o próximo credenciamento? Um carro de 250.000 que ninguém tem condições, um carrinho de mão? Então, fica isso de antemão, esse novo credenciamento, no meu ponto de vista, separar totalmente TEG de particular e pegou fazendo, comprovou o cara fazendo TEG particular, tchau, um abraço, perdeu o contrato, porque isso é para inglês ver, está tudo certo, porque vocês colocaram a gente no credenciamento, que sabemos que existe a demanda para todo mundo, mas há uma barreira física aqui, é uma distância ali, é uma faixa de pedestres ali, e pega o particular do tio, cobra 200, 300 reais e tudo certo.

Então, você fala a gente não quer mais isso no futuro hoje passa um tio com um carro de 15,20 anos está na ativa o carro está trabalhando tá com os compromissos todos certinho se esse cara é o patrão aí passa um tio com o carro zero Esse é o pobre coitado que está pagando o carnê até quando isso vai ser a gente não tem condições de trocar de carro você entendeu então é esse daí vamos rever esse novo processo de credenciamento é o meu ponto de vista porque aqui a maioria nós somos trabalhadores acordamos cedo se quebrar uma unha do pé Você tem que dar jeito de pôr um tênis Você não pode dirigir de chinelo aí coloca uma reunião numa sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próximo, a Sra. Silvia Souza e João Isidoro. Faço apelo para quem puder abrir mão da fala, abra.

A SRA. SILVIA SOUZA – Bom dia amigas, amigos, colegas de trabalho, bom dia

Mesa. Serei breve, eu quero fazer alguns questionamentos, quero saber porque nós estamos em maio e 90% da categoria está com carro vazio, em primeiro lugar, ou pela metade, porque nós não temos direito a ter uma continuidade de demanda, porque autista não vai deixar de ser autista, criança com doença não vai deixar de ficar doente, porque não chegaram em dezembro e já continuaram a demanda, por que deixar todos nós um brigando contra o outro, na porta da escola, sendo que tudo está na mão da Secretaria de Educação e da Secretaria de Transportes. Esse é o meu primeiro questionamento.

Sobre nós não termos o direito de ter planejamento porque que nós somos a única categoria que não podemos comprar um carro, não podemos planejar uma viagem, nós não podemos fazer nada, porque nós não sabemos se amanhã o Prefeito vai acordar de mau humor e vai falar: “a partir de hoje não tem mais TEG”, acabou, ninguém trabalha mais certo, e demorar dois, três meses para poder voltar a trabalhar, esse é o segundo questionamento.

E a criança com necessidade especial e autista porque que temos que receber o mesmo valor de 225 reais por uma criança que não anda no mesmo banco que a outra, a Secretaria não dá para a gente, ou, se dá, demora quatro ou cinco meses para deixar a criança andar sozinha naquele banco, e não pagaram o valor certo. Eu já cansei de apanhar de criança, gente, cansei de apanhar de criança e não ter nem o direito de falar para a mãe: “Olha, mãe, eu não vou mais levar seu filho porque ele está batendo nas outras crianças, estou tentando me defender e estou apanhando”. Porque, se eu fizer, isso, vou pagar uma multa por estar deixando de levar a criança na escola. Entendeu? Eu trabalho por amor, sim, mas ninguém vive de amor aqui não, gente. Amor não enche barriga, amor não paga as contas. O amor hoje chegou aqui no meu WhatsApp: 358 reais de luz, é amor, eu tenho que pagar, entendeu? Então, vamos parar com isto de “Ah, o tio tem que ser amoroso”. Temos que ser amorosos, eu sou, eu trabalho muito bem e eu falo pelo meu trabalho. Mas também preciso de dinheiro para poder pagar minhas contas, certo?

Como último questionamento, eu queria perguntar sobre a cura da das crianças após os 13 anos. Por que a criança, após fazer 13 anos, é “curada”? Não tem mais bronquite, vai a pé

para a escola porque a sua doença parou, acabou, não tem mais doença. Porque é assim que acontece. Nós somos o transportador escolar ou somos igreja? O que somos? Lógico que Deus cura, mas vamos fazer as coisas certas.

Então, são esses os três questionamentos que eu gostaria de ver respondidos. Muito obrigada e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próximo inscrito, Sr. João Isidoro. Depois, Tio Pita.

O SR. JOÃO ISIDORO – Bom dia a todos e a todas, bom dia à Mesa. Meu nome é João Isidoro, sou morador de Vila Iolanda, periferia de Cidade Tiradentes. Nossa comunidade está dentro de um funil, temos uma única via de saída, na qual a Comgás e a Sabesp abrem buracos a toda hora. Perdemos cerca de meia hora. Temos somente uma hora para ir com a criança à escola e buscar a criança; nesse tempo, ficamos meia hora parados e chegamos 40 minutos atrasados na escola. E por quê? Porque o Poder Público não faz nada para providenciar via de acesso e melhorar a situação. Entramos em ruas esburacadas, onde os carros não aguentam, mas somos obrigados a entrar.

Sobre a remuneração, temos o aumento do diesel, que foi em torno de 150%, porque agora é tudo dolarizado. Só que o nosso contrato não é em dólar. Deveria ser tudo em dólar, porque, assim, acompanharíamos os aumentos. Pneus, que antes pagávamos 400 reais, hoje custam 980 reais. Nesta semana recebemos um aviso de que o DTP está na rua novamente dizendo que é para orientação. Mas orientação com quê? Com multa? É isso o que vai acontecer para acabarem de afundar conosco?

Meu carro é de 2011. Fui falar a transformação, que uma empresa disse estar conseguindo fazer, gastei 14 mil e ainda estou com o carro irregular, porque o Detran de São Paulo não autoriza mais. Autoriza para carro zero, mas quem vai comprar carro zero para fazer essa transformação? Estamos em uma “sinuca de bico”: não conseguimos regularizar o carro, e o carro vence em quatro anos. Se conseguíssemos fazer esse regularização, ganharíamos mais 10 anos no carro. Assim, gastamos com manutenção, temos todos esses problemas e ainda

ficamos a ver navios.

Eu gostaria que os responsáveis dessem alguma palavra por nós perante o DTP nessa questão da transformação do carro, perante o DTP e o Detran, onde é feita a liberação. Porque carro zero é autorizado a fazer, mas carro usado não pode. Quero saber qual é o critério usado para que o novo possa, mas o velho, não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO ISIDORO – É para beneficiar a empresa Fabusforma, porque só ela tem a credencial para isso. Pena que o Senival foi embora, porque ele conhece muito bem o nosso bairro e a questão viária da nossa região. A quem puder nos ajudar, pedimos esse apoio.

Em relação à questão que foi falada pela menina anteriormente, sobre panela que há na escola, sofremos isso. Tenho um carro com 18 lugares, mas até hoje não consegui encher; já a pessoa que tem carro com 54 lugares está com ele cheio. Por quê? Porque tem panela dentro da escola. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Gente, temos que sair daqui a 7 minutos, sem conversa. Temos ainda inscritos: Tio Pita, Marcos, José, Valdir e Alexandre. Não vai dar para todos falarem. Quero fazer uma proposta: Tio Pita fala, depois passamos para a Fátima. Pode ser? (Palmas) Tem a palavra, Tio Pita.

O SR. GENIVALDO PEREIRA SANTOS (TIO PITA) – Bom dia à Mesa, bom dia a todos os amigos presentes. Uma das minhas colocações, reitero: quando você faz esse novo credenciamento, que você abre para todo transportador escolar participar, concorrer, isso é legal, é democrático, porque assim também determina a lei, a regra. Porém, como disseram vários presentes, a Secretaria sempre nos elogiou, o próprio Poder Público sempre elogiou o transporte. E os 3.100 transportadores que hoje atuam têm esse reconhecimento de um transporte com qualidade – apesar das dificuldades que temos. Que garantia vamos ter nessa audiência pública que acontecerá dia 27? Ou seja: acabou tudo. Quem está há 20 anos, quem está 15 não tem garantia alguma. A garantia é você ir novamente para um paredão para o pai apontar e escolher? Não, isso não é garantia.

Infelizmente, em meio à nossa categoria, o aliciador está a essa hora na comunidade entregando cesta básica. Ele não está fazendo um projeto social, ele está aliciando, levando cesta básica, levando presentinho, isso e aquilo. E isso por quê? Para, no momento oportuno, ser indicado lá. Então, é o que eu disse: esses 3.100 que já operam hoje têm que ter um diferencial para estar passo à frente na hora da escolha nesse novo modelo de credenciamento. Eu acho que isso é o mínimo de reconhecimento que deveríamos ter.

Até aproveitando a presença do Deputado Abou Anni, quero dizer que o transporte público tem subsídio da prefeitura, o táxi tem isenção disso e daquilo. E o transportador escolar? Se temos um serviço prestado que é reconhecido em qualidade, deem-nos o direito de ter uma qualidade melhor. Pedimos ajuda às esferas municipal, estadual e federal para que entrem com as medidas necessárias para isenção de IPI, ICMS *etc.* para que haja uma boa condição para prestarmos um serviço ainda com mais qualidade. Eu acho que esse é um momento.

Já que estamos aqui, que as três esferas: municipal, estadual, federal possam levar isso adiante. Obviamente que os colegas já explanaram muita coisa que eu iria falar, mas enfatizo essa questão de podermos estar um passo à frente, porque nós corremos atrás. Parabéns à Tia Patrícia pelo que ela falou. Mas não dou parabéns à categoria porque aqui só estão presentes cerca de 5% dos transportadores escolares, e toda a categoria deveria estar aqui também. Isso é vergonhoso para nós. Mas quem quer, corre atrás. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. Peço desculpa ao Marcos, ao José, ao Valdir e ao Alexandre e passo a palavra para a Fátima.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Vou tentar ter um poder de síntese grande porque tenho somente três minutos.

Eu não poderia deixar de começar a minha fala dizendo que os ataques pessoais desrespeitosos não cabem num diálogo. As pessoas sabem do meu papel na Secretaria da Educação. O meu papel é em relação à escola, à família, ao estudante. Eu não posso, e essa não é a minha função.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Isso. Vim aqui atender um convite de peito aberto porque se trata de edital de credenciamento, que não é de responsabilidade da Secretaria da Educação, vim ouvi-los; mas não queria deixar de pontuar que me senti desrespeitada pela sua fala.

Gente, ouvindo todos vocês agora, até a audiência que for marcada pela Secretaria de Transportes, por um dia letivo, isso também vai trazer problema para a Educação, porque, se vocês não vão trabalhar, as crianças vão ter um problema; mas, enfim, acho que isso pode ser mudado até a data.

É importante que vocês entendam que, quando a gente está falando de credenciamento e de licitação, algumas das reivindicações de vocês caberiam no formato de licitação, que é o Poder Público encher o carro, haver a separação do TEG do particular, enfim; porque aí a gente tem contratos, como se fosse um aluguel do carro. Aí o carro fica a nossa disposição e a gente faz uma rota. Era, mais ou menos, como antes, no contrato emergencial, antes do credenciamento.

Se a gente faz uma licitação, há uma concorrência e talvez grande parte aqui dos condutores, principalmente a pessoa física, não ia conseguir participar disso, ia ficar de fora.

Então, desde lá, do outro credenciamento, a ideia foi se criar uma solução então, porque a gente tinha que sair do emergencial. Isso era posto, mas que a gente pudesse continuar com os condutores que estão lá com a gente desde 2002.

Não há um modelo que contemple a todos e tudo o que a Administração precisa e o que fica bom para os condutores. Então, a opção de continuar com o credenciamento, a opção do DTP foi a ideia de que isso pode atender melhor aos condutores que a gente tem hoje, que são compostos de pessoas físicas também, que ficariam de fora numa licitação. Mas eu acho importante que essa discussão talvez pudesse amadurecer um pouquinho mais até outra audiência, quando a gente, o DTP deve apresentar aí uma nova proposta para um texto final, para que vocês entendam, porque há opções de uma coisa ou de outra.

Eu vou tentar passar aqui para algumas coisas bem pontuais, que são da Educação. As barreiras é uma fala de todo mundo. Eu achei bacana o que a Cibele falou, que talvez a forma de a gente publicizar essa barreira cause confusão. Então, a gente poderia publicizar no portal, por rua e não por escola. Talvez atenderia melhorar. Como eu falei, a gente não está diminuindo ou excluindo barreira para diminuir as crianças no transporte, mas talvez a forma que a gente esteja comunicando cause essas dúvidas. Vou pensar nisso, que a gente publique então quais são as ruas atendidas e não as escolas.

Jackson, se você pudesse depois falar comigo sobre essa EMEI e essa EMEF, para eu poder ver a situação, porque, nas duas escolas vazias, uma atende e a outra não, para a gente poder intervir nisso.

A Sílvia perguntou por que, no mês de maio, a gente está com o carro vazio. Em cima dessa pergunta, digo que a gente está com demanda não atendida. Essas coisas não combinam.

Vocês podem procurar junto à DRE de vocês. Inclusive, é praxe que a gente passe para os condutores a demanda não atendida, para a gente poder resolver essa situação.

A gente tem tentado, pensado nesse próximo edital em melhorar a questão da quilometragem das crianças que estão muito distantes da escola. A gente entende que isso gera uma despesa maior, quando eu estou com uma criança a sete ou oito quilômetros. É essa criança que a gente mais precisa do condutor, porque ela realmente não vai se a gente não for buscar. A proposta da Educação é melhorar esse quilômetro.

Uma pessoa diz que está inscrita num TEG Creche. Se você for para a DRE JT, eu tenho 24 para manhã para você, porque lá há uma demanda grande de Baby-TEG, e a gente não tem nenhum condutor inscrito e nem os de Pirituba e Freguesia se interessam nessa demanda. Enfim, eles moram muito longe e por isso que a gente precisa do transporte.

Na minha primeira fala, eu falei que a gente está se organizando para esse tipo de coisa.

Sílvia, por que a gente não tem continuidade da demanda de um ano para o outro? Porque, no edital, está escrito que a demanda é anual. Então, em todo ano, a gente tem que

passar por esse processo. Talvez seja o momento de a gente poder pensar nisso agora, que a demanda continua e só muda se a família quiser, por algum motivo, já que a gente reconhece, como eu já falei aqui. Então, a gente pode pensar em incluir isso. (Palmas)

A gente faz uma consulta diferente para os pais: em vez de qual o condutor, se você quiser mudar. Para a gente, não há problema algum em fazer esse tipo de coisa. Então, vou dar esse encaminhamento. Se isso for uma coisa boa para vocês, para a gente não faz diferença, e dá para fazer isso.

E com relação às crianças com deficiência, isso eu já ouvi em outras reuniões, mas é difícil para a gente encaminhar uma forma. Eu não posso fazer um valor diferente para criança que não tenha deficiência e que tenha deficiência, sem que isso pareça discriminatório. Então, a gente tem pensado nessa história.

Se a pessoa é cadeirante, a sua situação é por conta do assento. Então, eu não posso falar que um autista dá mais trabalho do que o outro, sem que isso pareça discriminatório para isso. O que a gente pode incentivar é que o Cefai nos diga. O Cefai e a escola conhecem a crianças tanto quanto vocês; e essa criança precisa de um espaço maior.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Fátima, só para dialogar: Eles têm laudo. Então, não é que dão mais trabalho, mas eles precisam de mais cuidados. O fato de precisar de mais cuidados não dispense também mais recurso financeiro? Não pode ser por esse lado?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Sim, sim. A gente pode, por meio do Cefai... Precisam laudar, para a gente poder fazer isso. Posso pensar, porque isso já surgiu em outros momentos em que estive com vocês; e realmente, principalmente os autistas que são mais graves são um pouco mais agressivos. Até se acostumarem com a rotina, vamos pensar nisso de uma forma. Eu não posso fazer um *per capita* diferente, mas talvez a gente possa criar algum tipo de adicional, alguma coisa que não seja discriminatório. Isso causa problema com outra secretaria. Eu tentei assim responder o máximo possível em pouco tempo.

Sr. Presidente, a gente poderia combinar, se V.Exa. autorizar. Posso responder

outras perguntas por meio do seu gabinete ou na própria secretaria, por *e-mail*. Podem anotar: 3396-0178. É o telefone da minha Assessoria. Eu posso responder outras perguntas, se aqui não ficou claro, até antes da audiência.

Depois de 13 anos, a gente continua só com as crianças com deficiência. Da doença crônica, não. Hoje é assim. Eu um texto assim publicado, mas isso também já apareceu. Talvez, na próxima normativa, a gente altere isso.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Fátima, de repente, vocês também poderiam pensar a criança, às vezes, em tratamento. Aí deu a idade e se rompe; mas o seu tratamento continua. Então, ela está com a doença. Se ela adquirir alguma doença ou alguma coisa depois de ter cessado, aí é outra discussão. Para a criança, pelo menos para a que estiver em tratamento, com a doença, que ela continue com o direito.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Continue com o direito.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Isso, continue com o direito, porque não é uma coisa nova que apareceu. Ela já estava se tratando com uma doença tal. É uma coisa para vocês pensarem.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – E só respondendo, a gente passou que o critério foi definido por um sistema, até por uma recomendação do Tribunal depois de algumas denúncias. A gente trabalha com pessoas. E a gente teve denúncias de pessoas, na escola, vendendo vaga para o transporte, colocando criança no transporte, e a criança nem era transportada. E, nessas denúncias, o Tribunal pressiona a secretaria, fala: “Você precisa fazer alguma coisa, para que isso não aconteça”. Então, a gente achou que, colocando no sistema, isso ficaria mais transparente inclusive, porque eu não dependo de um servidor olhar para a criança e falar: “Você tem direito ou não”. Eu tenho os critérios, eu tenho os dados no sistema e eles se cruzam”. Mas a gente está aberta quando isso não acontecer direito. Por isso, colocamos mais um critério, nesse ano, para que a gente atender a crianças, cujos critérios não estavam dando conta.

Eu só queria explicar que não foi uma questão: “Ah, eu não confio na minha rede”.

Mas, às vezes, há algumas pessoas que não agem direito, e aí a gente precisou fazer isso, para responder ao Tribunal. Foi por esse motivo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Gente, por mim, eu fico aqui o tempo todo discutindo a questão do transporte escolar; mas já se passaram oito minutos.

Assim, está encerrada esta audiência pública. Um abraço a todos. (Palmas)